ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 27 DE
ABRIL DE 2012

----- No dia vinte e sete do mês de Abril do ano de dois mil e doze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída por Mário Sérgio Cunha, em substituição do presidente da Assembleia, e secretariada por Joaquim José Rocha e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011; -----

----- 4 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; --

----- 5-Aprovação do Regulamento de utilização dos Pavilhões Desportivos Municipais;-----

----- 6 - Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior; -----

----- 7 - Pagamentos e Recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior; -----

----- 8 - Relatório Anual de Actividades referente ao ano de 2011 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Eugénio Pedro Ribeiro, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Jose Augusto Barros, Elsa Marques, Manuel Campos de Sousa Neto, Alberto Oliveira, Abílio Antonio Ferreira Alves, João Amadeu Ferro, Joaquim José Bessa, Jose Pinto Nogueira, Virginia Luzia Monteiro, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Sto. Estevão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Manuel

Joaquim Mota presidente de Junta de Freguesia de Casais, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão de Sousa Teixeira presidente de junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel), Joaquim Carlos Carvalho representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Lustosa Amâncio Augusto Santos, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente de Junta de freguesia da Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, num total de quarenta e quatro membros. Estiveram também presentes o senhor vereador Pedro Machado em representação do senhor presidente da Câmara, e os senhores vereadores, Leonel Vieira, Cristina Moreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- A Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A Mesa da Assembleia começou por informar que Abílio António Ferreira Alves substituíu o membro Maria de Lurdes Castro comunicou uma ausência de quinze dias, Elsa da Silva Duarte Marques substituíu o membro João Carlos Pinto Correia que comunicou uma ausência por trinta dias, Eugénio Pedro Magalhaes Ribeiro substituíu o membro Mário Fonseca que comunicou uma ausência por quatro dias, Manuel Campos de Sousa Neto substituíu o membro Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca que comunicou uma ausência por trinta dias, José Augusto Campos Barros substituíu o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substituíu o membro Vanda Bragança que comunicou uma ausência inferior a trinta dias, Jorge Filipe de Almeida F. Peixoto substituíu o membro José Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, não se

encontrava disponível. Justificou também que o presidente da Junta de Freguesia de Lustosa estava representado pelo seu representante legal Joaquim Carlos Martins Carvalho. -----

----- A Mesa da Assembleia Municipal informou que apresentaram justificação de falta à sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze, os seguintes membros: Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Branca Cecília Vieira de Sousa, José Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira e José Luís Magalhães Pacheco presidente de Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Boa noite. É apenas um pequeno esclarecimento. No decorrer da confusão que se estabeleceu aquando da apresentação das moções ou da melhor dos pareceres, cometi um erro. É uma explicação, é para a ata, é para a ata, para dar uma explicação apenas. Eu cometi um erro tenho que assumir. Não há problema na matéria em substância, há um problema no sentido da minha declaração; ela referia-se à moção do PS e não da CDU. O erro foi meu, não há nada a alterar. Ninguém teve culpa. A culpa foi minha exclusivamente. Não altera nada, mas acho que a Assembleia merece este esclarecimento. Muito obrigado». -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima Assembleia Municipal. Relativamente, à ata da última sessão, depois de lida atentamente a ata verifico o seguinte: na página sessenta e cinco a ata não reproduz a entrega do nosso parecer à mesa da Assembleia. Justifica que foi recusado e justifica com base naquilo que aqui vem dito logo no segundo parágrafo. Mas, não reproduzido o parecer e não reproduzindo as palavras que foram proferidas no debate instalado que motivou a nossa retirada desta sessão. Julgo que para memória futura esta ata não está correta e não está correta, porque em termos futuros quem vier a ler esta ata, não perceberá, porque é que a mesa recusou o nosso parecer. Não está aqui transcrito, do mesmo modo que não estão reproduzidas as

intervenções tidas naquele momento que motivou e, quem lê depois a ata logo a seguir que motivou a nossa ausência. E, desse modo esta ata, não pode merecer, a nossa aprovação». -----

----- Esclarecimento da Mesa da Assembleia: «Aproveito para dizer que a ata reproduz, exatamente aquilo que se passou. Aliás, aquilo que tinha sido combinado naquela reunião efetuada entre os diferentes Grupos Municipais e penso que não tem razões de queixa relativamente a esse assunto.» -----

----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É só por uma questão de pormenor, mas que altera o sentido daquilo que eu queria dizer, um erro, só falta um ponto final. A certa altura disse na página sessenta e um na segunda linha a contar do fundo e conforme está diz: não existe uma terceira via e a minha ideia é: Não (ponto final) Existe uma terceira via. Existe uma terceira via.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia em substituição, percebendo as suas palavras e o esforço da justificação para que tal tivesse acontecido. Não posso concordar com a mesma. E não concordo porquê? Por uma razão muito simples, quem lê esta ata, quem lê esta ata, não conhece qual foi o parecer entregue à mesa. Quem lê esta ata, esta ata, não está fiel aquilo que se passou aqui na última sessão da Assembleia Municipal, não sendo fiel, até admito que se esforce numa explicação, numa justificação com base numa reunião prévia de preparação à sessão da Assembleia, o que é certo, é que a ata tem que reproduzir aquilo que se passou na sessão e não está reproduzido aquilo que se passou na sessão. A ata, não reproduz aquilo que se passou na sessão, não reproduz o parecer que foi entregue pela Coligação Lousada-Viva à mesa. Reproduz os dois pareceres, os dois restantes pareceres que foram entregues à mesa, reproduz esses pareceres, reproduz, mas o parecer da Coligação Lousada-Viva, não reproduz. Ora bem quem lê esta ata, em termos de memória futura, fica sem saber porque é que a mesa recusou o parecer da Coligação Lousada-Viva e não posso concordar, não posso concordar que a ata omita quer o parecer entregue pela Coligação Lousada-Viva, quer as palavras que se foram instalando no debate político que motivaram a nossa retirada da sessão da Assembleia passada. Espero que isto seja suficiente para perceberem que a ata não é fiel à última sessão da Assembleia Municipal». -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e nove minutos quando deram entrada nesta Assembleia os seguintes membros: José Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e António Joaquim Queirós presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes, não estive na reunião, mas o senhor comprometeu-se e faltou à palavra, o senhor comprometeu-se e faltou à palavra, o senhor comprometeu-se, na reunião, a apresentar aqui um parecer. O senhor comprometeu-se apresentar aqui um parecer à Assembleia em representação da Coligação Lousada-Viva, assim como nós nos comprometemos a apresentar o nosso. Nós apresentamos, o Sr. Xavier apresentou da CDU e era para os pareceres serem votados. Quando vocês verificaram que realmente o vosso parecer não ia ser aceite por esta Assembleia, foi por isso que vocês, infelizmente abandonaram esta Assembleia, porque o senhor faltou à palavra». -----

----- Passou-se à votação da acta da sessão de vinte e quatro de fevereiro 2012, que foi aprovada por trinta votos a favor, onze votos contra dos seguintes membros: Carlos Manuel Nunes, Claudia Patricia Lousada, José Campos de Barros, Manuel Campos Sousa Neto, Jorge Filipe de Almeida, Virginia Luzia, Joaquim Jose Bessa Antonio Filipe Barbosa, Branca Cecília de Sousa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira e Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares e cinco abstenções dos seguintes membros: Joaquim Carlos Martins Carvalho, Manuel Joaquim Mota presidente de Junta de Freguesia de Casais, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Jose Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Jose Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta dois minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Declaração de voto do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Declaração de voto contra a ata. O que acabamos de assistir aqui é de uma gravidade grande, porque a Coligação Lousada Viva, na última Assembleia,

contrariamente aquilo que dizem e contrariamente aquilo que a ata aponta entregou um parecer à mesa da Assembleia Municipal. A Coligação Lousada Viva, entregou um parecer à mesa da Assembleia Municipal, esse parecer não está reproduzido na ata, não está reproduzido o verdadeiro debate que se instalou nesta Assembleia Municipal, na última sessão. Aquilo que acabamos daqui de assistir é de uma gravidade grande que deverá ter o seguimento devido e esta ata terá que ser analisada e terá que ser analisada por todas as instâncias competentes para se verificar porque é que o parecer da Coligação Lousada Viva, que foi entregue à mesa não está reproduzido na ata, porque é que as declarações que foram proferidas no debate não estão reproduzidas nesta ata”-----

----- Esclarecimento da Mesa da Assembleia: «Senhor Nunes, vou rematar aqui esta parte, porque era pedido um parecer, mas vocês não entregaram um parecer, aquilo era uma proposta, não era um parecer. Desculpe, não vamos entrar em diálogo”. -----

----- Declaração de voto do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu voto contra a ata por uma razão muito simples, mesmo que a mesa entenda que aquilo que nós entregamos não é um parecer, o mesmo tem que estar transcrito na ata. Não é, vocês podem ter a opinião que quiserem. O presidente da Mesa pode ter a opinião que quiser e a Mesa pode ter todas as interpretações que quiserem, mas o mesmo tem que estar transcrito na ata. Foi apresentado, não, não. O parecer que a Coligação apresentou não só não está transcrito na ata como todo o debate que foi feito e gravado não foi transcrito e tem que haver uma razão para aquilo que foi dito não estar transcrito ou pelo menos tem que incluir na ata entre parêntesis a dizer houve um momento de debate com grande confusão que nos impossibilitou de transcrever o mesmo. Mas, isso não acontece, na ata que nos foi entregue. Daí o meu voto contra» -----

----- Declaração de voto a favor da ata do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Tudo o que se está aqui a dizer, não aconteceu nesta Assembleia e não aconteceu, não se riam. Eu vou dizer porquê e não se riam. Tudo o que foi aqui afirmado, agora, não foi dito aqui a este micro, foi ali, ali à frente em debate direto, particularmente com o senhor presidente da Assembleia, isto se não foi dito aqui. Como é que aqui a nossa encarregada, aqui de transcrever as atas, podia transcrever aquilo

que disseram, como? Porquê? Como? Foi dito aí, foi dito aí desse lado, foi dito aí desse lado, não foi dito aqui neste ambão, não foi dito aqui». -----

----- Declaração de voto do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Boa noite a todos os presentes. Eu, voto a favor da ata pelo seguinte: porque o que se exigia na ordem de trabalhos e aquilo que Associação de Municípios Portugueses pedia era um parecer de cada um dos partidos. A Coligação PSD-CDS, não entregaram, aliás não foi a coligação PSD-CDS, alguns dirigentes da Coligação PSD-CDS, não entregaram parecer nenhum, entregaram uma proposta. Essa proposta não deu entrada na Mesa, porque o presidente da Mesa entendeu que aquilo não era um parecer e então negou a entrada da proposta na Mesa. Não à aceitou. E ao não aceitá-la não tem nada que transpor para a ata, porque não aceitou é o que tem que constar na ata. A seguir não houve intervenções, houve uma grande confusão instalada pela atitude que os dirigentes da Coligação PSD-CDS, que não foram seguidos por toda a Bancada do seu partido, porque ficaram sete que não os seguiram. Fizeram, eu sei lá. Eu até no Jornal Verdadeiro Olhar ao descrever aquilo dizia, desculpe, só para acabar dizia, mas pronto deixe-me acabar se faz favor, desculpe o senhor pertence à Mesa, não» -----

----- Esclarecimento da Mesa: «Não interrompam a sessão, deixem a sessão decorrer normalmente. Depois, vamos entrar pela noite dentro e não há necessidade nenhuma».-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente desta Assembleia em substituição senhor Cunha, membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição Dr. Pedro Machado, excelentíssima senhora vereadora e senhores vereadores, senhores deputados e presidentes da Juntas, público e comunicação social. A proposta de Lei n.º 44/XII que Assembleia da República aprovou no dia treze deste mês com os votos favoráveis do PSD-CDS. Esta legislação a ser promulgada pelo Presidente da República, e assim vindo a ser aplicada, representaria um grave atentado ao poder local democrático, aos interesses das populações e ao desenvolvimento local. Em vez do reforço da coesão o que aqui resultaria seria mais assimetrias e desigualdades. Mais desertificação do interior do país, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e

menos pode. Acabar com a nossa identidade, as nossas raízes históricas, com o nosso bairrismo, com a proximidade dos cidadãos aos órgãos do poder local eleitos democraticamente pelo povo. Perante esta agressão e vingança aos valores de Abril deve-se ao contrário desta proposta de Lei, criar condições para que os meios ao exercício das atribuições e competências, sendo também e ao mesmo tempo de concretizar a regionalização, como a própria Constituição da República determinam em defesa e desenvolvimento regional e também da autonomia municipal. Pelo antes citado, será posto à Mesa desta Assembleia, uma Moção contrariando a já referida Proposta de Lei. Finalizava colocando ao senhor presidente da Câmara em substituição a seguinte questão: Foram há algum tempo instalados novos recipientes para separação de lixo, os novos ecopontos. A CDU Lousada gostaria de saber a causa dos mesmos não estarem a funcionar, encontrando-se estes cobertos com plástico há já bastante tempo e assim inoperacionais o que faz com que a população não esteja a efetuar a separação de lixos, contribuindo assim para uma maior degradação ambiental. Disse, obrigada.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Dois aspetos. Primeiro aspeto, como não poderia deixar de ser prende-se com a nossa retirada da última sessão da Assembleia Municipal, no decorrer daquilo que ainda há pouco aqui ouvimos, ou seja, a Coligação Lousada-Viva, entregou um parecer à Mesa. A Mesa faz uma interpretação do parecer, decide recusar o parecer, mas mais do que recusar o parecer, decide ofender a bancada da Coligação Lousada-Viva e ofender a mim em termos pessoais. Quero dizer- -vos: gosto de separar as coisas e separo de uma forma que me parece que deve ser. Tenho o maior apreço e a maior consideração pelo Dr. Mário Fonseca, presidente da Assembleia Municipal, mas antes de presidente enquanto pessoa. Não é isso que está em causa, o que aqui está em causa é a conduta, é a postura que se instala e que decide, enfim seguir na condução das sessões da Assembleias Municipal se é que em muitas vezes em muitos casos a gente analisa até uma forma tendenciosa de conduzir os trabalhos, mas isso já estamos habituados, porque o Dr. Mário já preside a esta Assembleia e acabamos até nós por nos deixarmos acomodar com essa tendência da condução dos trabalhos. O que é certo, é que não podemos, admitir, temos que estabelecer uma barreira e temos que estabelecer fronteiras muito bem definidas daquilo que é a atitude e o comportamento político e aquilo que passa para a ofensa que extravasa o bom senso da

assertividade da condução dos trabalhos. Na última sessão fomos nós Coligação Lousada-Viva, ofendidos, ofendidos por quanto primeiro poderia receber o parecer e dizer a Mesa recusa este parecer ponto final terminada a discussão. Mas, não, decide ir mais longe, decide dizer, os senhores estão aqui a gozar, os senhores não sabem português, vá aprender português, todo um conjunto de acusações que naturalmente não lhe ficam bem, nada bem, enquanto presidente de uma instituição que é Assembleia Municipal de Lousada. Senhoras e senhores, estamos aqui neste que é o espaço, neste que é o foro de excelência do debate político lousadense e isto tem que ter elevação, deve haver elevação no debate político e portanto, também deve haver estas fronteiras, a fronteira do aceitável na discussão e do debate político e das palavras que são proferidas. Eu, lembro aqui que a nossa retirada na última Assembleia Municipal não poderia, enfim, não podia acontecer outra coisa depois daquilo que se passou sem tão pouco nos permitirem a defesa e sem tão pouco haver uma justificação plausível para aquilo que é dito e mais se comprova até mesmo na ausência do referido parecer na ata, portanto, não está transcrito, por alguma razão é! A sessão, da última Assembleia, foi a segunda vez, que aconteceu isto e aconteceu e eu recordo-me que uma vez já aconteceu quando o senhor presidente, também, resolveu ofender a Coligação dizendo vocês não são dignos de estar aqui a representar os interesses lousadenses, portanto isto é algo que não fica bem a um presidente de uma Assembleia Municipal, que deve ser no máximo o garante da boa condução dos trabalhos e de uma total imparcialidade na condução dos mesmos, porque quando se leva para esta subjetividade interpretativa de uma pessoa esquecendo-se da exigência do cargo que desempenha enquanto presidente de uma Assembleia Municipal, é claro que o debate político fica inquinado e fica naturalmente inquinado da pior maneira. Portanto, enquanto líder da Bancada da Coligação Lousada-Viva, cumpre-me dizer isto: senti-me ofendido, pessoalmente, mas as ofensas pessoais eu até as aceito numa conversa de café, numa tertúlia de rua, até as aceito, enfim com algum custo, mas até desculpo, porque tenho consideração pelas pessoas e por muito que me custe, acho que viver em sociedade é saber aceitar e ultrapassar, se calhar este tipo de atritos, mas isso é em termos pessoais. Nesta, Assembleia devemos todos encarar a nossa função enquanto representantes dos lousadenses que depositaram o voto em cada um de nós e portanto deve haver aqui uma elevação. A coligação Lousada-Viva, enquanto oposição é uma instituição que deve cumprir o seu papel da melhor maneira, e sem este tipo de ataques e sem este tipo de ofensas, do mesmo modo que a Bancada do Partido

Socialista, CDU, Independente, também devem cumprir bem o vosso papel. Portanto, esta palavra é uma palavra de assertividade, é uma palavra de elevação do debate político lousadense e uma palavra que espero enobreça esta grande instituição que é a Assembleia Municipal de Lousada. Segundo aspeto, nas duas últimas Assembleias Municipais, há duas Assembleias Municipais atrás, a Coligação Lousada-Viva, apresentou uma moção que veio a ser transformada numa recomendação na última sessão. Essa moção tem a ver com a doação de um quinto das senhas de presença auferidas pelos elementos desta Assembleia Municipal a uma Instituição de Solidariedade Social lousadense, que pratica a sua atividade de apoio às famílias carenciadas ou pessoas desfavorecidas, socialmente desfavorecidas. Dizer-vos e dar nota à Assembleia Municipal daquilo que a Coligação Lousada-Viva fez e decidiu fazer. Estabelecemos contacto com o líder da bancada do Partido Socialista para definirmos qual instituição que deveria merecer esta nossa doação, a doação de um quinto das senhas de presença auferidas no ano de dois mil e onze. Após um primeiro contacto, combinamos um segundo contacto para percebermos qual era a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista. O Grupo Municipal, do Partido Socialista, transmitiu-me o senhor Santos, que decidiu autonomamente entregar a sua verba a uma determinada instituição que eu não sei, portanto eu aqui cumpre-me apenas dizer que pela parte da Coligação Lousada-Viva, a doação de um quinto daquilo que cada membro recebeu será entregue à Conferência São Vicente Paulo. Eu escuso-me agora de prestar grandes justificações, porque espero ter uma oportunidade para o fazer, uma oportunidade que seja, uma oportunidade que também enobreça o trabalho desta instituição a Conferência São Vicente Paulo, porque nesse momento da entrega da doação, desse valor simbólico, esse valor monetário simbólico, espero ter esse momento de apresentar-vos a devida justificação e o devido merecimento desta instituição lousadense, como sabem, pratica o bem por tantas famílias lousadenses ao nível de todo o concelho. Tenho dito.» -----

----- Eram vinte e duas horas e nove minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Edgar Ferreira Avelino, presidente de Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor

presidente da Câmara em substituição, senhora vereadora, senhores vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público e senhores representantes da comunicação social. Tinha aqui duas matérias, muito simples, para referir no início da minha intervenção, mas sou obrigado pela minha maneira de ser, a fazer referência a um facto que ultrapassa tudo o que possamos discutir. Eu não posso admitir, depois de dada a intervenção a quem quer que seja, independentemente da bancada, para intervir em matéria que não tem nada a ver declaração de voto, um membro da bancada que eu integro, embora independente, tenha sido ofendido na sua honra e que quando quis protestar, não foi autorizado; isto não é liberdade, isto não se coaduna com o dia que ainda há pouco tempo comemoramos. Eu repúdio, veementemente esta atitude e nem o facto de haver, julgo eu pouca, experiência na condução dos trabalhos, permite essa desculpa ou que seja uma desculpa. O meu veemente protesto. Antes de começar aquilo que para mim será fundamental, duas pequenas introduções. Mais uma vez e terei ocasião de me referir ao facto com mais profundidade, a ordem do dia na sua convocatória, enferma dos erros habituais. Por sistema a palavra votar não aparece e se na ordem do dia não aparece a palavra votar tudo o que se vote aqui, se alguém quiser impugnar juridicamente, é impugnável. Tem-se que cumprir a ordem de trabalhos a não ser com a única exceção que o regimento prevê: se aparecer alguma matéria imprevista que pela sua qualidade, pela sua importância seja aceite pela maioria dos presentes. Quanto ao resto, já o tive ocasião de dizer, repito parece que há uma obsessão pela não introdução da palavra votar. Em compensação, aparece permanentemente aprovar, aprovar, aprovar; parece que estamos numa rua de sentido único, só se pode aprovar, mais nada. Parece uma coisa formal, não é. Segundo. Estar nos dez minutos, eu aceito, mas queria fazer uma pequena alusão: é que ainda há pouco tempo houve alguém da minha bancada, talvez que por uma confiança ou qualquer combinação houve antes que ultrapassou largamente o direito a que tinha. Eu não sou deputado, nunca fui deputado, mas sou um cidadão com igual direito de qualquer outro. Lamento, que o prestígio dessa pessoa que eu respeito muito como político tenha vencido a ordem que devia ser estabelecida.

Tenho direito, reclamo o mesmo direito para qualquer outra pessoa. Já agora estou a ver que não são todos iguais, desculpe, já estou a ver que não somos todos iguais, somos todos iguais, mas no debate são mais que uns que outros. Queria dizer e o resto já pouco interessa. Fundamentalmente, o seguinte: não está presente uma pessoa que fez aqui uma referência à

orientação política da minha bancada. As generalizações são muito atrevidas e corre-se o risco, eu não me sinto ofendido. Tive a ocasião de testemunhar no final da Assembleia o meu desgosto, a pessoa penitenciou-se, mas como eu tenho boa memória não posso deixar em claro o que lhe disse a ele: essa referência não passava em claro. Quando se classifica a minha bancada de liberal e de não ter a noção de serviço público, deve-se ao menos, por respeito à minha pessoa, dizer a maioria. Que me chamem liberal, há liberdade para isso; acusar-me de não ter noção de serviço público, que apareça aqui uma pessoa que tenha mais noção de serviço público e que tenha dado mais provas de dedicação ao serviço público do que a minha pessoa. E para não incomodar mais, eu retiro-me. Muito obrigado.» -----

----- Eram vinte e duas horas e doze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto. -----

----- Esclarecimento da Mesa: «Só queria retificar uma coisa. Esse tempo que foi concedido a mais, a uma determinada pessoa, foi um acordo que houve, creio entre o senhor presidente da Assembleia e os líderes de Bancada. Estou, só estou a informá-lo disso. Houve um acordo por isso é que houve um excesso do uso da palavra. Não, estou a dizer-lhe o que se passou, houve um acordo, não foi só com o líder da bancada do PSD, foi com o PS e com todos.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Agora, com mais calma, sem ameaças ou insultos que temos ouvido nestas últimas Assembleias e sem subterfúgios regimentais que também é importante. E ainda em relação à tão afamada ata e ao parecer apresentado pela Coligação Lousada Viva, só me apraz dizer uma coisa, que a vossa estratégia falha redondamente, neste caso falhou. E falhou porquê? Como é que é possível, primeiro de tudo um parecer ser uma ata, partimos desse ponto. E, depois como é que uma ata aprovada apenas hoje, poderia ter sido enviada para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, há dois meses atrás. Portanto, se o vosso posicionamento era que a ata fosse enviada com as vossas argumentações e tudo e mais alguma coisa, eu pergunto: Como é que é possível, uma ata que apenas foi aprovada hoje e, não a ata minutada, possa servir de argumento, para se mandar à Associação Nacional de Municípios Portugueses? Quanto ao outro ponto, nós ao longo destes últimos dez meses temos vindo a assistir a

uma série de iniciativas governamentais que rasgam por completo tudo aquilo que nós tínhamos ouvido pelos mesmos intervenientes, mas em campanha eleitoral. Porém, mais do que elencar aqui as infindáveis contradições, incoerências, discursos e demais atitudes, penso que será consensual para todas as bancadas, que neste momento o poder local está a sofrer a um ataque sem precedentes. Mas, é mais certo pelo que temos observado, que é intenção do governo atribuir à inevitabilidade de determinadas propostas, propostas essas que não encontram nenhuma correspondência com qualquer compromisso assinado e por essa razão são, a meu ver, neste caso ideológicas às autarquias passando a ideia que é no poder local que reside toda e qualquer raiz do problema. Pois bem, eu penso que um sector onde reside, aliás apenas quatro por cento da dívida total do nosso país com o papel de proximidade que exercesse e do garante da presença do estado em cada um dos concelhos, cada um dos locais, nós não poderemos assistir a isto impávidos e serenos. Portanto, por um lado arrasta-se a aplicação de medidas importantíssimas que neste caso poderiam ser aplicadas aos sectores mais cooperativistas do nosso país, por exemplo o sector energético, mas é leste quando tem que atacar os mais fracos, os mais pobres e os mais frágeis. Portanto, penso que temos um ponto desses para discussão, mas preferi falar agora. A Lei dos Compromissos Locais é um exemplo clássico, disso mesmo, que todos os presidentes de Junta irão sentir, que todas as autarquias irão sentir. Portanto, eu penso que as autarquias irão parar a mando do governo sem exceção e por arrasto, possivelmente grande parte dos movimentos associativos e demais instituições. Portanto, eu penso que chega a um ponto em que já não se importam com a qualidade de vida dos cidadãos quando alguém ainda tem alguma possibilidade para conseguir contribuir para esse mesmo, mediante a crise em que estamos que é de todos a responsabilidade, sem dúvida. Exigem, isto é o mais grave, exigem que se cumpram os prazos de pagamentos às autarquias, mas eles que são os principais devedores cronicamente em todos os governos, não cumprem com a sua parte. E isto surge principalmente em que são essas mesmas autarquias as mais solicitadas para responderem às mais básicas exigências do comum dos cidadãos, nomeadamente no apoio social, na educação e até presumivelmente também a nível económico um pouco o movimentar a nossa economia com o urbanismo, por exemplo. Portanto, isto parece que é uma lei ditada para que o justo pague pelo pecador. As autarquias que se encontravam com uma gestão capaz, uma gestão minimamente decente são involuídas no mesmo saco que aquelas que realmente e aí, sim senhor,

deveriam ser penalizadas. Portanto, eu penso que este não pode ser visto como um governo reformista do poder local, mas sim como supressor, chega a ser um supressor do que é mais precioso no poder local, por isso mesmo temos que ser nós e fica aqui o repto, em enfrentar este tipo de decisões e a defender o nosso povo, sem demagogias, mas elencando uma questão que é muito importante, não é este o caminho para o poder local. Obrigado.» -----

----- Intervenção do Sr. Abílio Alves do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia em substituição, excelentíssima Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, senhores vereadores, senhora vereadora, senhores deputados, senhoras deputadas e excelentíssimo público. Em primeiro lugar, queria pedir às duas Bancadas, que tivesse o máximo de respeito pelo senhor presidente em substituição, por duas razões: primeiro, ele disse no início desta sessão, que não está muito à vontade e, nós sabemos que não têm muita experiência, daí nós termos que facilitar o trabalho do senhor presidente em substituição. E, agradeço que tenhamos educação suficiente para estarmos nesta Assembleia, porque o que ouvimos hoje aqui, considero que já foi pior de quando a bancada do PSD, se retirou. E, já agora, para ali para o meu amigo deputado, senhor Nunes, também, ficava bem à bancada do PSD, um pedido de desculpas a toda a bancada do Partido Socialista, a quando se retiram, porque a ofensa não foi só para a Mesa da Assembleia, não foi só para o presidente e para os vereadores, foi para toda a bancada. Eu gostaria que o senhor tivesse tido essa atitude. Bom, dos dois pontos, que me trazem aqui é: o primeiro ponto é a visita da Lousada-Viva, à minha freguesia da Ordem, pois fiquei espantado, porque li artigos no jornal que é um disparate. Não faz sentido, absolutamente nenhum o que lá vem e fazia um repto ao senhor presidente da Junta, que eu não sei se os elementos que a troika de Lousada tem às freguesias se de facto foi proferidas pelo senhor presidente, se foram colhidas na opinião pública, eu não sei! Só depois do senhor presidente se pronunciar e gostaria que viesse cá para esclarecer este assunto, porque é assim: de facto o assunto do terreno da escola. O senhor está a rir-se, não têm piada nenhuma, sabe porquê? Porque, há um ano, senhor presidente, tivemos uma conversa na Assembleia de Junta, o senhor deve saber de certeza absoluta e eu perguntei-lhe como cidadão, como lousadense e cidadão da Ordem, preocupo-me muito com Lousada, mas também com a minha freguesia e então eu perguntei-lhe numa atitude responsável eu disse: senhor

presidente, diga-me uma coisa vai haver ou não vai haver uma escola na freguesia da Ordem. Vou ler mais alto, que é para ver se senhor... Vou falar mais alto um bocadinho parece que o senhor está distraído e ri-se, não está a votar sentido, não lhe convém se calhar. E o senhor disse-me que havia um terreno que estava em discussão, não sei o quê e disse-me assim a mim, essas palavras foram proferidas a mim, “está a ser difícil, porque o terreno, é muito caro e além de ser muito caro, trona-se pequeno, mas eu vou perante a Câmara, vou apresentar um outro terreno para que essa escola seja possível”. E, eu recordo-me bem das minhas palavras e, disse: faça isso e tem o meu empenho e naquilo que puder ajudar, estarei cá para ajudar, é fundamental uma escola para a Ordem. Agora, quando se vê no jornal, o controverso de toda esta situação, claro que fico indignado, é verdade. Depois, também a Coligação Lousada Viva, levanta uma questão que toda a gente sabe na freguesia e se calhar no concelho, relativamente à verba que falam, daí que gostaria de saber se foi o senhor que proferiu essas palavras ou não. Falam da casa mortuária. A casa mortuária, o senhor presidente da Junta de freguesia da Ordem, já tem a verba toda completa. Agora essa verba foi para onde? Foi para outras obras, foi para pagar dívidas antigas? Quer dizer a verba que o senhor presidente da Junta da Ordem, recebeu, no meu ponto de vista, tecnicamente, que ainda estou dentro desse assunto, percebo um bocado de construção, chegou e sobrou, porque aquilo até está mal construído, aquilo até nem tem lógica nenhuma. Eu, até digo mais, no meu ponto de vista era alagá-la e fazer outra, porque aquilo não tem, absolutamente, não tem assunto. Quanto às obras que refere que diz que tem que ser feitas, urgentemente na cantina, etc.. Eu, isso não estou à vontade de facto para me pronunciar. Julgo que a Câmara tem feito obras na escola, tem acompanhado e tem beneficiado aquele polo escolar, quanto a mim tem apoiado e bem. Eu gostaria muito que o senhor presidente da Junta, Moisés Ribeiro, que é importante que isso seja dito, porque eu não sei se a Coligação Lousada-Viva, andou a colher informações na população ou foi o senhor que lhe deu essas indicações. Se foi o senhor que lhe deu essas indicações, no meu ver é grave, porque todas elas são falsas e em política, até aceito, não reconheço, mas aceito o trabalho da Comissão do PSD, da Lousada Viva, etc., aceito isso tudo, politicamente aceito. Agora não posso aceitar é ao presidente de Junta da minha freguesia saber de antemão que não arranjou terreno alternativo e ficou de arranjar, e ficou de arranjar, repito terreno alternativo para que a Câmara viesse, a Câmara, portanto não é a Câmara que constrói, mas com a ajuda da Câmara ia ser construído esse polo, se houvesse um terreno que

desse para construir e que fosse apresentado pelo senhor, mas não. Julgo que foi tudo ao contrário.»-----

----- Defesa de honra do Sr. Moisés Ribeiro presidente de Junta de Freguesia da Ordem: «Excelentíssima Mesa, excelentíssimo senhor presidente em substituição. Venho aqui, vocês viram durante estes, faz agora dez anos, que nunca vim aqui, mas agora sinto-me mesmo obrigado a vir aqui e, sinto, porque fui de facto ofendido e fui ofendido e logo por uma pessoa vizinha minha, primo e isso tudo, porque, é pena, quando ouço uma pessoa dizer aqui, quando ouço um deputado da Assembleia, a dizer aqui, que esteve presente numa Assembleia de Freguesia, em dez anos esteve numa, numa. E o que lhe foi dito a ele: é que eu tinha em negócio, um terreno que não era pequeno, tinha dez mil metros, portanto dez mil metros não são pequeno, como ele disse, porque se ele tivesse interessado em saber se realmente, se ele quisesse mesmo fosse feita a escola e se houvesse interesse da parte dele, ele teria ido a muitas mais Assembleias. Ele nunca mais tentou falar comigo, saber se realmente já havia terreno ou não. Eu tive um terreno, sim senhora, o valor dele era a dez euros o metro, não sei se é caro, se é barato, agora talvez as obras que tinham que ser feitas de acesso lá, ficassem um bocado caras, acredito, não sei. Estou um bocado por fora disso. Agora, a Junta da Ordem, teve o terreno, não houve hipótese de fazer a escola, sim senhora, aceito. A Ordem tem escola, portanto não precisa de ter escola nova. Quanto à casa mortuária, a Junta da Ordem recebeu de facto tudo aquilo que as outras Juntas receberam. Agora, é bom que o deputado esteja atento que toda a gente recebeu verba para fazer um piso e eu como não tinha terreno tive que meter dois pisos, portanto veja, é bom que veja, está aí o excesso de gastos, portanto o excesso está na parte de baixo, portanto agora eu fazer cabines telefónicas, não faço. Não o faço ou faço coisas em ordem, vistosas ou então não faço, portanto só para ter um falecido dentro de uma casa na mortuária, não, não faço isso. É bom que veja, a verba foi gasta lá, não houve desvio para mais obra nenhuma, dessa mesma verba. Está lá toda metida e se senhor não percebe de obras, informe-se com quem realmente percebe e que lhe dê o preço que poderia ficar mais ou menos aquilo. Tenho dito.» -----

----- Eram vinte duas horas e trinta e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei. -----

----- Esclarecimento da Mesa da Assembleia: «Antes de passar a palavra ao senhor vice-presidente, senhor doutor Pedro Machado, só queria dizer ao senhor Abílio, que não estou nervoso, quero que toda a gente se porte democraticamente, nesta Assembleia, respeitando todos o regimento. É só isso que quero.» -----

----- Resposta do Sr. vice-Presidente da Câmara: «Muito boa noite a todos. Hoje, os ânimos estão muito exaltados e não vou contribuir para isso, pelo contrário, como é aliás meu timbre. E, começando pela intervenção do senhor Xavier Pires, a propósito das questões concretas que colocou dos novos ecopontos. De facto, ainda não estão operacionais, porque ainda não montamos o sistema de recolha que vai ser um sistema de recolha diferente, de recolha seletiva, porque os camiões de recolha que fazem a recolha dos RSU e da recolha seletiva são diferentes para os melopes. E, houve atrasos na sua colocação, porque o empreiteiro a determinada altura começou a ter dificuldades de tesouraria e o fornecedor não lhes entregava os equipamentos em falta e não faria sentido que nós iniciássemos a recolha sem ter todos os melopes colocados. Não, obstante, isso não é razão para que as pessoas não façam a separação, porque nós não retiramos ainda os ecopontos que existiam e vamos sim retirá-los quando os melopes tiverem em condições de funcionamento. Relativamente à abordagem que fez da lei, que vem consubstanciar a reforma administrativa, também comungo das suas preocupações, de facto considero que numa altura em que o país mais precisa de paz social, de coesão social, de coesão territorial, palavras que todos nós ouvimos em todos ou em praticamente em todos os discursos políticos, agora do 25 de Abril, mas, infelizmente que nós assistimos é que não passam de palavras vãs, porque numa altura em que de facto o país precisa dessa paz, o governo está contribuir para que assim não o seja. É uma medida incompreensível, tanto mais que o próprio governo reconhece que não vai haver diminuição de despesa com esta reforma. E, portanto, não passa de uma teimosia e espero que ainda haja um recuo nesta matéria, embora considere que não vai ser fácil. Depois, relativamente às intervenções do Dr. Carlos Nunes, concordo perfeitamente com ele, deve haver elevação no debate político, mas essa elevação não deve ser só aqui na Assembleia, porque nós não somos uns aqui e outros lá fora. E, essa elevação deve existir, também lá fora, nomeadamente nas famosas conferências de imprensa, que vocês fazem com muita regularidade, porque já tenho alguns anos disto e já estou habituado e, não é qualquer coisa que me ofende e nem me vou queixar, desde que não ponha em causa a minha

seriedade e a minha honestidade, podem dizer tudo o que quiserem. Relativamente, à intervenção do Nelson Oliveira, é de facto pertinente o que nós temos assistido ultimamente, é um ataque à autonomia das Autarquias Locais, é a famosa Lei dos Compromissos, que pura e simplesmente está a paralisar tudo o que é administração pública e em particular as Autarquias Locais. É uma lei que considero que é injusta, porque de facto não faz a distinção entre aqueles que tiveram uma atitude responsável, equilibrada e, aqueles que não a tiveram. Quero, contudo, reforçar que não está em causa a preocupação de diminuir a dívida, portanto, as preocupações que estiveram subjacentes à lei de facto são muito pertinentes e é necessário fazer alguma coisa para controlar a situação existente e para evitar que esta situação se repita no futuro e quanto a isso não tenho qualquer tipo de problema de reconhecer que era importante fazer alguma coisa e, nomeadamente no que respeita, também à própria responsabilização de quem autoriza despesas para as quais não tem fundos para as pagar. Agora o que não me parece minimamente adequado é que a própria lei não crie uma diferenciação entre aqueles que cumpriram até agora e aqueles que não cumpriram e isso é que é de uma injustiça crassa. E numa altura em que o país tanto precisa de dinamizar a sua economia, numa altura em que o país tanto precisa de crescer a sua economia, de dinamizar o emprego, o que nós temos vindo assistir são medidas deste tipo que contribui, isso sim, para que a paralisia, seja cada vez maior e, não posso deixar de referir aqui outra situação que é lamentável e que já está a durar tempo a mais que é a questão da suspensão dos fundos comunitários. Como sabem o QREN está suspenso, nós temos alguns projetos, muitos projetos que estão a aguardar a decisão definitiva do governo nesta matéria, nomeadamente os sete centros escolares, alguns dos quais estão praticamente em condições da obra se iniciar e não podemos, pese embora o facto de termos a componente comunitária devidamente assegurada, de termos a componente nacional devidamente assegurada, de termos tudo o que é procedimento devidamente salvaguardados, não podemos, porque o QREN está suspenso. E portanto espero que nesta matéria haja novidades para bem do nosso concelho, para bem do país. E depois queria só dar nota, porque sinto esse dever, relativamente a esta pequena discussão sobre a questão da Ordem, efetivamente, o senhor presidente da Junta da Ordem, empenhou-se, pelo menos, foi o que me transpareceu em conseguir arranjar um terreno, mas não foi fácil, porque ele de facto conseguiu um terreno a esse preço, dez euros que até é um preço simpático, assim à partida, só que tornava-se

muito caro em termos de obras de urbanização, era preciso um investimento muito grande. E o terreno apesar de ser barato, se tornaria muito caro. E, de facto, relativamente, à casa mortuária, constantemente fala comigo e dá-me nota das suas preocupações, mas a câmara, eu expliquei isto mais do que uma vez, tem que ter um procedimento único com todas as freguesias e se nós estipulamos que o máximo que poderíamos compartilhar para casas mortuárias era de cinquenta e seis mil euros, se a memória não me traiçoa e isso tem de ser igual para todos e depois cada um tem que gerir essa verba da melhor forma. Agora, de facto, o que a Ordem tem é um edifício com dois pisos, presumo que a cave para arrecadação é uma mais-valia para a freguesia, mas há uma dificuldade maior para fazer face a esses custos, mas essa realidade outras freguesias também a tiveram e estão a conseguir ao longo do tempo amortizar essa dívida.» -----

----- De seguida foi posta à discussão a proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à atleta da Lousada Século XXI, Joana Silva pelo título de campeã nacional de juniores na disciplina dos 100 e 200 metros costas e por ter batido os respetivos recordes nacionais em ambas as distâncias, bem como por ter sido medalha de prata nos multinations 100 e 200 costas, por ter sido medalha de ouro nos multinations estafeta 4x100m estilos com novo recorde nacional júnior e dos multinations, por ter sido medalha de prata nos campeonatos nacionais a 50m costas e 50m mariposa e ainda por ter sido medalha de bronze nos campeonatos nacionais de juniores 200m estilos”.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número três que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira.-----

----- A proposta número quatro do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de Louvor à equipa de juniores femininas de polo aquático da Lousada Seculo XXI pelo título de bicampeã nacional na época 2011/2012”.-----

---- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número quatro que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

---- Não participou na votação o seguinte membro: Jose Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira.-----

---- A proposta número cinco do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de Louvor à equipa juvenil feminina de polo aquático da Lousada Seculo XXI, pelo título de campeãs nacionais na época 2011/2012, pelo oitavo ano consecutivo”.-----

---- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número cinco que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

---- Não participou na votação o seguinte membro: Jose Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira.-----

---- A proposta número seis do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de Louvor à equipa sénior feminina de hóquei em campo da Associação Desportiva de Lousada pela conquista da Taça de Portugal da época 2011/2012”.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

---- Não participou na votação o seguinte membro: Jose Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira.-----

---- A proposta número sete do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de Louvor aos atletas da Lousacorpú`s Ricardo Fonseca, Jorge Fonseca e Helder Rodrigues na modalidade de Kung-Fu pela conquista do título de campeões do mundo de All-Styles”.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número sete que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Jose Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira.-----

----- Moção A da Coligação Lousada Viva do seguinte teor: “ O Ministério da Saúde face à grave situação financeira em que encontrou o Serviço Nacional de Saúde, preocupa-se neste momento com a sua sustentabilidade e por isso focalizou a sua atenção nos cuidados hospitalares, deixando para segundo plano de intervenção os Cuidados de Saúde Primários. Por consequência vemos os serviços de saúde de Lousada a serem negligenciados pela administração Regional de Saúde do Norte, situação a que o Município de Lousada não pode ficar indiferente. No centro de Saúde de Lousada situa-se a sede do agrupamento dos centros de saúde de Lousada, Paços de Ferreira e Felgueiras – designado por Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III Vale do Sousa Norte. No entanto, apesar da sede do agrupamento se situar em Lousada, os problemas e preocupações, para além de serem os mesmos, têm-se agravado: 1. A unidade de Saúde de Lustosa continua a funcionar nas mesmas instalações apesar da promessa e do protocolo celebrado entre a Câmara e o secretário de estado de então, para a sua transferência para as instalações do edifício da antiga escola EB de Bouça Cova. O atual edifício não tem o mínimo de condições para que os profissionais de saúde possam exercer a sua atividade com qualidade em benefício dos utentes. 2. Apesar da unidade de Saúde de Caide de Rei ter novas instalações, depara-se com as seguintes dificuldades: 2.1. Um parque de estacionamento destruído, até hoje por resolver pela Câmara; 2.2. Um jardim envolvente por cuidar, compromisso assumido pela Câmara em protocolo com a Saúde; 2.3. Uma situação de cedência de terreno em benefício do complexo funerário, sem resposta da ARS; 2.4. A unidade de Saúde na revisão do PDM não foi reconhecida como equipamento público.3. Nos últimos anos tem vindo a crescer o número de utentes sem médico, mas nos últimos meses a situação agravou-se com a aposentação de três médicos, as baixas prolongadas de dois médicos e a saída de um médico de uma extensão para uma USF como aconteceu em Meinedo, que no momento só tem um médico para 4.000 doentes. No total de 46.000 utentes do Centro de Saúde de Lousada, em 2011 eram 4.000 utentes sem

médico, hoje são 10.000. Apesar das diversas intervenções desta coligação a alertar para estas situações, elas têm-se arrastado sem resolução e até hoje não ouvimos qualquer palavra ou tomada de posição deste executivo camarário sobre os assuntos aqui expostos. Assim, entende a Coligação Lousada Viva que chegou o momento da Camara Municipal de Lousada encarar o sector da Saúde como uma prioridade e exigir das entidades governamentais e regionais aquilo a que os lousadenses têm direito”. -----

----- Intervenção da Sra. Claudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da assembleia em substituição, excelentíssima mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição, senhores vereadores, senhores deputados, público e comunicação social. A grave situação financeira em que o atual governo encontrou o país, impôs um plano de emergência, de contenção e, de duras medidas no sistema de saúde. A preocupação em relação ao serviço nacional de saúde passou a ser a de salvação e a sustentabilidade e como consequência o Ministério da Saúde, focalizou a sua atenção nos cuidados hospitalares, deixando para segundo plano, os cuidados de saúde primários. E assim assistimos hoje aos serviços de saúde de Lousada a serem negligenciados pela Administração Regional da Saúde do Norte, situação que não podemos admitir, pelo que não aceitamos atitude indiferente e conformista deste executivo camarário. A Unidade de Saúde de Lustosa continua a funcionar nas mesmas instalações, apesar da promessa e do acordo entre a Câmara e o Secretário de Estado de então para que fosse transferida para o edifício da antiga Escola EB1 da Bouça Cova. Quero aqui recordar que na Assembleia Municipal de 18/02/2011, esta questão foi aqui por mim levantada, alertando para as instalações vergonhosas de Lustosa, sem dignidade nenhuma, quer para os profissionais, quer para os utentes. E nessa altura o senhor presidente da Câmara, que hoje se encontra ausente, respondeu que cederam o espaço da antiga escola à ARS e que estavam a trabalhar no assunto, pois então hoje eu pergunto uma vez que já passou mais de um ano. Qual é o ponto de situação, ao fim de um ano a trabalhar sobre o assunto? Afinal o que foi feito? Não se coloca aqui um problema de investimento, apenas uma mudança de instalações. Então, porque é que esta transferência ainda não aconteceu? Que papel teve este executivo no sentido de acelerar este processo? Será que vamos esperar trinta anos, como aconteceu em Caíde para novas instalações? Não é isso que pretendemos. Foi apresentada uma solução, apesar de não ser a ideal, é

melhor que a atual que temos, logo temos que nos empenhar para obter resultados e não ficarmos de braços cruzados à espera que venha uma decisão. E já que estamos a falar em Caide, de facto a Unidade de Saúde de Caide, tem excelentes instalações, mas não está a ser tratada com a dignidade que merece quer pela ARS, quer pela Câmara. Senão vejamos: primeiro, a unidade quando foi inaugurada tinha um parque de estacionamento, no entanto parte deste parque foi desculpe o termo “esburacado” pela Câmara e até ao momento ainda não foi repostado. Apesar de oficializado pela Junta até hoje a situação não foi regularizada colocando em perigo o acesso aos utentes à unidade. Segundo, a própria unidade na revisão do PDM, não ficou reconhecida como equipamento público, o que é lamentável esta omissão por parte do executivo. Terceiro, inicialmente a responsabilidade de manutenção dos jardins envolventes à Unidade de Saúde, era da Junta de Caide, com base num protocolo. No entanto, em dezembro de dois mil e dez, a Junta foi informada pela Direção do Executivo do Centro de Saúde que com base numa parceria com a Ação Social da Câmara de Lousada, tal manutenção ficaria à responsabilidade da Câmara. O que, é certo, é que apenas uma vez foi efetuada uma intervenção no espaço pelos alunos CEF, do Agrupamento Escolas de Caide e, desde aí nunca mais nada fizeram. Quatro, a Junta de Freguesia de Caide de Rei, solicitou uma reunião à ARS Norte, para abordar estes assuntos e para uma possível avaliação de cedência de parte de terreno para melhor enquadramento do Complexo Funerário, pedido até hoje sem resposta por parte da ARS. Espero com esta chamada de atenção que a Câmara, resolva a situação do parque de estacionamento, da manutenção dos espaços verdes e que apoie a Junta de Freguesia, na resolução destes problemas. Doentes, sem médico, é deveras preocupante a situação a que chegamos, no total de cerca de quarenta e seis mil utentes do Centro de Saúde de Lousada. Em dois mil onze eram quatro mil sem médico, hoje já são cerca de dez mil utentes sem médico de família. E nesta Assembleia mais do que uma vez esta questão foi levantada atempadamente, aliás em dois mil e onze dissemos e cito: “já são cerca de quatro mil e trezentos utentes sem médico e a tendência é para aumentar tendo em conta os diversos pedidos de aposentação”. E aqui está a prova e aqui está a confirmação como este número cresceu de forma galopante e gravosa fruto da aposentação de três médicos, da saída de um médico para integrar uma Unidade de Saúde Familiar e isto já para não falar das baixas prolongadas, porque então aí estaríamos a falar de cerca de catorze mil utentes sem médico. Unidade de Saúde de Meinedo, depara-se com um grave problema é que tem cerca de

quatro mil utentes, mas no momento com a saída de uma médica para uma Unidade de Saúde familiar, com a baixa prolongada de outra médica, apenas um médico está assegurar o serviço, com o reforço de uma médica que uma vez por semana vai apoiar. Repito, no total do Centro de Saúde de Lousada, temos hoje cerca de dez mil utentes sem médico, dir-me-á o senhor presidente que este é um problema nacional, este é um problema do Ministério da Saúde e, eu pergunto: Mas perante estes números e perante a rapidez com que eles crescem, continuam a achar que o problema não é de Lousada? Não acham que a Câmara tem a obrigação e o dever de se envolver e de ter um papel interventivo na resolução deste problema? Dez mil sem médico, mas afinal o que tem feito este executivo junto das instâncias competentes para resolverem esta situação? Parece-me que se acomodou ao chavão, não há médicos, não podemos fazer milagres, a ARS que resolva. Não. Somos nós que temos que resolver, porque o problema é dos dez mil lousadenses, que estão sem médico e como tal a Câmara tem de usar o seu poder, a sua influência junto das instâncias superiores para a sua resolução. Temos nesta Assembleia um membro que nos representa no Conselho da Comunidade do ACES, senhor deputado Bernardino Nogueira que hoje está aqui na Mesa da Assembleia, que certamente concordará comigo na defesa destes interesses. Temos também nesta Assembleia um deputado que hoje está ausente que também é deputado na Assembleia da República e faz parte da Comissão de Saúde Parlamentar, que com certeza estará disponível para colaborar. O senhor presidente da Assembleia, que hoje também não está cá é também médico de família neste Centro de Saúde. Eu própria já fui diretora deste Centro de Saúde, por isso eu reconheço que esta Assembleia tem estas mais-valias e se unirem estas forças e reforçadas por uma tomada de posição deste executivo e desta Assembleia tenho a certeza que terá força para encontrar soluções para estes problemas, porque o problema é dos lousadenses e a responsabilidade é de cada um e de todos nós. Obrigado.» -----

----- Resposta do Sr. vice-presidente da Câmara: «Esta, Moção, que foi apresentada, embora o objetivo seja, toda a gente concorda com ele, pois efémera de uma série de erros que convém esclarecer. E, começando pela extensão de Saúde de Lustosa, queria só lembrar, toda a gente que se esta hipótese que está em cima da mesa de haver uma alteração das instalações para a escola, se ela existe é porque a Câmara assim o entendeu. E, foi a Câmara, que propôs logo que tínhamos a perspectiva de haver uma mudança de instalações, encetamos negociações ao mais alto nível com o senhor

secretário de estado e assumiu connosco um compromisso de resolver este problema. Ele tinha dado provas há pouco tempo em Meinedo, de quando ele dizia que resolvia, resolvia mesmo e acho estranho vocês na altura quando não havia problema nenhum em Meinedo, a obra estava assegurada, levaram lá uma comitiva de deputados, para fazer pressão, para se resolver um problema gravíssimo, até parece que a obra não está lá. Como é que agora não fazem nada e vem aqui tirar ou tentar tirar dividendos políticos desta situação. E o que lhe posso dizer nesta matéria que se o governo fosse o mesmo, provavelmente já estaria em Lustosa, já teríamos outra extensão de Saúde ou pelo menos noutro local com dignidade. Agora, o problema, também, não será assim tão simples. Não é só fazer a mudança, porque isso até a câmara fazia a mudança. É necessário algum investimento, porque há obras de adaptação para fazer e neste momento a ARS, ainda não nos disse que não, nós temos pressionado para resolver o problema e estamos atentos, conscientes de facto que aquelas instalações não têm as mínimas condições para a prática médica. Não tem sequer dignidade e tendo a Câmara contribuído para resolver a grande parte do problema, disponibilizando o edifício ou parte dele, porque não é necessário todo, inclusivamente naquele arranjo urbanístico que fizemos na requalificação daquela via, já recuamos aquele muro para criar estacionamento, para dar apoio a esse equipamento, portanto tudo foi pensado e tudo estamos a fazer para resolver o problema. Agora, não nos queiram é sacar responsabilidades que nós não temos, porque ouvindo a sua defesa da moção, até parece que é a Câmara de Lousada, que está a destruir o serviço nacional de saúde e não é. Não é a câmara certamente. E, acho que sim senhora é pertinente, devemos todos pedir responsabilidade a quem de facto tem essa responsabilidade e quem tem essa responsabilidade é o governo, não é mais ninguém. Relativamente a Caide vou inteirar-me se foi de facto a Câmara que estragou o parque de estacionamento, obviamente terá que o repor, é um problema de menos importância. Relativamente, à revisão do PDM, não percebo como estes assuntos estão sistematicamente a vir à colação. E já expliquei isto mais do que uma vez, não querem perceber, lamento, mas sinto-me obrigado a dar de novo uma explicação. Só quem não sabe o que é o PDM, é que vem outra vez com este tipo de abordagem. O PDM, é um instrumento de gestão territorial, de âmbito municipal de grande escala e não faz sentido fazer pimpinhas de equipamento. Nós, de facto, temos algumas, indevidamente, porque a determinada altura, depois da discussão pública a CCR, levantou-nos essa questão, inclusivamente até nos obrigou a reter algumas, porque isso só faz

sentido nos planos de menor escala como por exemplo: é um plano de urbanização ou um plano de pormenor. Na prática isto não tem relevância nenhuma, não tem relevância nenhuma. Está li o senhor presidente a dizer que não, ele é que é o sabedor, ele é que sabe tudo, isso também eu o sei, eu aqui não sei nada, não sei do que estou a falar, foi pena podia ter feito uma avença consigo para nos ajudar a resolver o problema. Relativamente, aos jardins do centro de saúde. O que é que a Câmara tem a ver com isso? A Câmara não tem rigorosamente nada a ver com isso. A Câmara já tem jardins que chegue para tratar e a Câmara não tem nada a ver com o facto de ARS ter achado que aquilo que pagava à Junta era exagerado. E questionaram-nos, se queríamos assumir, nós dizemos que não. Não porquê? Porque nós temos muita área verde para tratar, os recursos humanos são escassos e não temos as mínimas condições, até porque nas próprias freguesias, quem faz as manutenções dos espaços verdes, são as Juntas de Freguesia, não é a Câmara, era impensável que agora a Câmara fosse lá tratar o jardim da extensão de saúde. E, depois a senhora vereadora como uma forma voluntariosa, como é timbre dela disse “olhe quando muito, posso ver com os cursos profissionais, se a escola tem algumas condições para colaborar” e, parece que colaboraram à medida. Agora, de facto, não é solução ideal de todo, certamente. Agora, a Câmara não tem seguramente nenhuma responsabilidade, era o que faltava agora vir assumir a gestão de espaços verdes do estado, era o que faltava. A questão dos médicos de facto é pertinente, não é e, deve-nos preocupar a todos, mas ia passar a palavra aqui à senhora vereadora, sobre esta matéria ela está mais à vontade do que eu e, de facto é uma situação que devemos acompanhar e que devemos pressionar junto da ARS para que esta situação não descambe. Sendo, certo, que embora os médicos de família não estejam atribuídos a esses dez mil utentes, conforme disse, o certo é que os serviços têm sido assegurados, mas vou passar a palavra à senhora vereadora.»-----

----- Resposta da Sra. vereadora Cristina Moreira: «Boa noite a todos. Vou ser muito breve. Dizendo, que realmente a relação entre a Câmara, nomeadamente o pelouro da saúde, que é da minha responsabilidade e neste momento o responsável do Centro de Saúde é uma boa relação, assim como era com o anterior. Pena é, que realmente o nosso governo tenha deixado o nosso Centro de Saúde sem dirigente. Como todos sabem o Dr. Rui Neto, realmente assumiu por fax esta responsabilidade. Mas há longos meses desde que o Dr. Moutinho, realmente saiu do lugar, não houve substituto. A grande dificuldade, julgo passa por aqui. E, essa

responsabilidade não cabe à Câmara. No entanto, a relação da Autarquia com o Centro de Saúde é ótima. Inclusive fizemos há poucas semanas uma apresentação do banco de ajudas técnicas, dentro do Centro Saúde, para todos os responsáveis da saúde, nomeadamente, médicos e enfermeiros. E realmente temos tentado da melhor forma acertar inclusive aquele que é realmente o maior problema, neste momento, que são os medicamentos. As consultas estão asseguradas. O Centro de Saúde tem médicos contratados de uma empresa. Não podem ser descritos como médicos de família, mas todos os utentes têm as consultas. Mais, a organização é feita de tal forma que o mesmo médico que está a fazer recurso no mesmo dia da semana, ou seja, o senhor não tem médico de família, mas se for sempre à consulta à segunda-feira, eu tenho sempre o mesmo médico, o que facilita realmente as coisas, até para a ligação e a parceria que temos com a parte social, para que os técnicos possam assim intervir junto dos médicos quando há algum problema com os nossos utentes. Entretanto, como deve ser do conhecimento público, a segurança social retirou drasticamente o apoio à medicação, quer dos idosos, quer das pessoas acamadas, quer mesmo dos utentes do RSI. Quem neste momento está assumir todo esse apoio é a Câmara Municipal de Lousada. Mais não tenho a dizer.» -----

----- De seguida foi posta à votação a Moção A que foi aprovada por vinte e um votos a favor e vinte oito abstenções dos seguintes membros: Eugénio Pedro Ribeiro, Joaquim Almeida Santos, Joaquim da Silva Cardoso, Mário Sergio Cunha, Joaquim José Rocha, Elsa da Silva Duarte, Alberto Oliveira, Abílio Alves, João Amadeu Baptista Ferro, José Bernardino Nogueira, Ana Margarida Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Joaquim Carlos Carvalho, Rui Filipe Magalhaes, Filipa Maria Ventuzelos, Jose Moreira presidente de Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente de Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel Mendes presidente de Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estevão, Dora Manuela Santos presidente de Junta de Freguesia de Boim, Eduardo Antonio Taveira presidente de Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luis Meireles presidente de Junta de Freguesia de Covas, Antero Pinto Leal presidente de Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Antonio Carlos Ferreira presidente de Junta de Freguesia de Nogueira, Jose Ribeiro da Silva presidente de Junta de Freguesia de Pias, Adrião Paulo Mendes presidente de Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente de Junta de Freguesia de Torno e António Joaquim Queirós presidente de Junta de

Freguesia de Vilar do Torno e Alentém -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira.-----

----- Com uma declaração de voto do membro Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Abstivemo-nos, porque a razão principal desta Moção é boa, mas está cheia de intenções políticas, dado que a Câmara Municipal de Lousada, não tem responsabilidade no assunto, mas sim o governo. Porque quando se trata de saúde e do próprio desenvolvimento desta, nós não podemos votar contra, mas sim a favor. Ao invés de que quando as intenções são meramente políticas, aí sim, deveríamos votar contra, mas para não termos uma atitude menos própria iremo-nos abster. Até, porque acho curioso, ouvirmos atualmente o PSD/CDS, a falar do serviço nacional de saúde, porque quase de certeza como vocês agora irão ter acesso mais privilegiado ao Ministro da Saúde, este de certeza que irá resolver o problema de médicos de Lousada, quanto mais não seja contratando-os e não se calhar pedindo para eles imigrarem, porque caso muita gente, não saiba, até já, começa, a haver algum desemprego na classe médica. E quanto mais não seja se calhar até se não conseguir resolver o problema por essa via, talvez arranje aí um acordo qualquer com a MEDIS, para aqui para Lousada.» -----

----- E a Moção B da CDU – Coligação Democrática Unitária do seguinte teor: “Contra a extinção de Freguesias em defesa do poder Local Democrático. A Assembleia da Republica aprovou no dia 13 de abril com os votos favoráveis do PSD e CDS a Proposta de Lei n.º 44/XII que aponta para a extinção de centenas de freguesias. Esta legislação a ser promulgada pelo Presidente da Republica, e a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local. Considerando que ao contrário do anunciado «reforço da coesão» o que daqui resultaria seria mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos – em áreas urbanas ou rurais – traduzir-se-ia em mais atração para os primeiros (os que sobrevirão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos têm e menos pode. Considerando que ao contrário dos «ganhos de eficiência e de

escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros» o que se teria menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. Para além do novo corte de verbas do OE prevista para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias “agregadas” saíam do montante global do FFF, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias, e mesmo as prometidas novas competências seriam construídas à custa das verbas dos municípios. Considerando que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria, deveria ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados, e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da Republica determina, indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal. Considerando que as freguesias representam em termos do Orçamento do Estado – 0,1% do total – e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo – atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais. Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais 20 mil eleitos); enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimentos ou a mobilidade). Considerando que a manifestação nacional de freguesias do dia 31 de Março convocada pela ANAFRE e por Plataformas contra a liquidação das freguesias, constitui uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respectivos órgãos autárquicos, tal como já o fora o Congresso da ANAFRE em 2 e 3 de Dezembro de 2011, o Encontro Nacional de Freguesias de 10 de Março de 2012, assim como as múltiplas manifestações de descontentamento, conjuntas ou de cada freguesia e município. A Assembleia Municipal de Lousada, reunida a 27/04/2012, delibera: 1. Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de liquidação de freguesias e afirmar a defesa do atual número de freguesias,

por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros. Nenhum órgão autárquico foi eleito com o mandato para liquidar freguesias. 2. Apelar às Câmaras e Assembleias Municipais para recusarem ser cúmplices da liquidação de freguesias nos seus concelhos, não aceitando a chantagem da eventual redução de 20% das freguesias a extinguir, como se duma promoção comercial se tratasse. Como já se insinua, hoje é a liquidação de freguesias, amanhã serão os municípios. 3. Exortar a ANAFRE e ANMP a não pactuarem com este processo, não indicando representantes para a chamada “Unidade Técnica”. 4. Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local. 5. Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas ações, contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático” -----

----- De seguida foi posta à votação a Moção B que foi aprovada por trinta e quatro votos a favor, um contra do seguinte membro: António Filipe Cardoso Barbosa e treze abstenções dos seguintes membros: Jorge Manuel Neto, Carlos Manuel Nunes, Claudia Patrícia Lousada, José Augusto Campos Barros, Manuel Campos de Sousa, Jorge Filipe de Almeida F. Peixoto, Joaquim José Bessa, Virginia Luzia dos Santos, Branca Cecília de Sousa, Antonio de Sousa Meireles presidente de Junta de Freguesia Caide de Rei, Alberto Carlos Sousa presidente de Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente de Junta de Freguesia de Meinedo e Fausto Manuel Oliveira presidente de Junta de Silvares -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira e Moisés Dias Ribeiro presidente de Junta de Freguesia da Ordem.-----

----- Com duas declarações de voto dos seguintes membros Sr. Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Muito rapidamente uma simples justificação para a minha abstenção, porque normalmente sou politicamente incorreto, não quero de maneira nenhuma que seja considerado a minha abstenção, como uma atitude de politicamente correto. Estou, habituado, assumir as posições e,

porque na verdade e para ser intelectualmente honesto a moção apresentada, tem aspetos que eu apoio em absoluto e tem outras que repúdio. A minha posição tem de ser só uma, a abstenção.» -----

----- E do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Venho fazer a declaração de voto, porque fui a única pessoa que votou contra. Por uma razão muito simples, embora concorde a noventa e nove por cento com tudo aquilo que foi dito, há um aspeto que é muito importante e com o qual não posso concordar, que é de abdicarmos de negociar, ou seja, de nos sentarmos na mesa de negociações e apresentarmos as nossas propostas concretas que mostram claramente as razões da nossa discordância ou concordância, com aquilo que o governo quer ou não quer propor para as freguesias e isto é fundamental, porque sempre que nós saímos das mesas das negociações por omissão estamos a permitir que as decisões sejam tomadas pelos outros que foram mandatados para o fazer.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção da Sra. Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Congratulo-me, com os resultados da votação da moção apresentada, no âmbito do assunto de saúde, embora tímido, é gratificante. Quero aqui esclarecer que nunca a minha postura em qualquer intervenção que tenha feito nesta Assembleia teve qualquer intenção de tirar ilações ou proveitos políticos. E não admito que de alguma forma alguém me aponte o dedo nesse sentido. Fiz esta intervenção, porque me preocupa a gravidade e o crescente problema de saúde que constatamos em Lousada e preocupam-me a pacificidade com que a Câmara continua a dizer que não é sua responsabilidade. Não é sua responsabilidade. Mas é um problema dos lousadenses e a Câmara tem que fazer algo para resolver esse problema dos lousadenses. Doutor Pedro Machado, ainda há pouco falava, realmente foi a Câmara que deu a solução das instalações da escola em Lustosa, sim senhor, isso passou-se há um ano atrás e desde aí, que é que a Câmara fez? Foi essa a questão, que fiz, que levantei e ninguém respondeu o que é que fez há um ano para cá no sentido de acompanhar a evolução para que hoje já estivesse efetuada essa

transferência. A doutora Cristina Moreira, também referiu que há uma empresa de médicos, que está a assegurar, as consultas dos doentes, sem médico, eu sei que há uma empresa de médicos que está a fazer, mas não dão cobertura aos dez mil utentes que estão sem médico. Aliás, são catorze mil, contando com as baixas prolongadas de dois médicos. Por isso se ouvir a população, se ouvir os profissionais do Centro de Saúde, poderá verificar que de facto, a situação está-se a tornar caótica. No que diz respeito, à manutenção dos jardins, envolventes da unidade de saúde de Caide de Rei, surpreendeu-me a resposta do doutor Pedro Machado, por dizer que a Câmara não tinha nada a ver com o assunto, porque eu tenho até aqui em meu poder e vou ler a carta que o doutor Moutinho, na altura diretor do Centro de Saúde de Lousada, enviou ao presidente de Junta de Caide, sobre o assunto e passo a citar: “Na sequência do assunto em epígrafe, venho pelo presente informar, que a manutenção do espaço supra mencionado, será assegurado pela Câmara Municipal de Lousada, tendo em conta as parcerias estabelecidas no âmbito da Ação Social, conforme confirmação por ofício da edilidade”. Eu não tenho o ofício da Câmara, mas custa-me acreditar que fosse feito uma afirmação destas sem fundamento. Por último, queria aqui que ficasse bem claro, que não se trata aqui de uma posição política, se fosse uma posição política esta minha intervenção como devem compreender, eu não viria aqui apontar o dedo à ARS. O governo, neste momento é da nossa cor política, por isso nem me atreveria a vir aqui. Mas, eu vim aqui afirmar a nossa indignação, porque achamos que de facto os cuidados de saúde primários neste momento não estão a ser devidamente valorizados e como em termos de governo isso não está a ser realizado, eu acho que a Câmara, tem de facto tomar uma atitude, por estar numa posição de poder e aliar-se às forças vivas da terra, nomeadamente as que têm alguma influência, algum poder na área da saúde para poder chegar a bom porto, porque a Câmara já o fez noutras áreas, até em parcerias com a Santa Casa da Misericórdia, já moveu os seus esforços no sentido de conseguir protocolos, por isso da mesma forma pode fazê-lo no sentido de dar médico aos utentes, que neste momento estão sem médico. Foi nesse sentido que eu fiz a intervenção, por isso estou aqui para defender os interesses lousadenses, acho que estamos todos com o mesmo objetivo e por isso desagrada-me muito que interpretem as minhas palavras ou que deturpem a informação que acabei de dar. Obrigada.» -----

----- Intervenção do Sr. Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Antes de entrar,

propriamente, na matéria principal, queria fazer dois registos. Parte da minha intervenção prevista, não foi possível por falta de tempo. Talvez fosse bom, porque se o ambiente já estava um bocado quente, ficaria escaldante; talvez tenha sido bom. Segundo, há uma matéria, que não posso deixar de fazer uma pequena referência. Recebi em minha casa, uma carta, trazia uma rosa, até julguei que era confusão, com o aproximar do 25 de Abril, que trocaram a rosa com o cravo, mas não, era mesmo uma rosa. E como sou educado, toda a carta merece resposta, a resposta só não foi dada aqui pelo facto de não ter tempo. É uma chamada de atenção apenas. E, agora, vou à matéria principal. Oportunamente chamei aqui a atenção sobre os problemas de iluminação dada a perda que estava a verificar por haver excesso de iluminação. Quero manifestar a minha satisfação, porque salvo casos pontuais, que é preciso rever, julgo eu, a situação está normalizada com agrado para todos e com diminuição de custos. No respeitante à segurança das escolas foi-me dado a indicação de que poderia e deveria dirigir-me ao departamento, assim o fiz. Fui extraordinariamente bem recebido pelo senhor engenheiro Bessa. Aliás devo dizer que o atendimento que tenho tido quer a nível particular, quer no oficial, por todos os elementos que integram a Câmara, tem sido excepcional; como veem, não digo só mal. Tenho uma sugestão: foi-me dito que havia um plano que se alastrava até 2015. Eu permitia-me chamar atenção e fazia um pedido, para que nos casos mais críticos de segurança das escolas, fosse aberta uma exceção que lhe fosse dada prioridade, evitando assim situações irremediáveis. Queria também manifestar o meu maior agrado pela ação cultural e desportiva desta Câmara. Queria, embora, haveria alguns pontos, que pudessem ser sujeita a qualquer crítica, são insignificantes em relação ao trabalho válido feito por esta Câmara. Um realce muito especial pela concretização de uma situação para a qual dei uma pequena ajuda, só para lembrar isso: a inauguração da pista de marcha e corrida. Portanto como desportista, como homem que tem uma vida dedicada ao desporto, ex-praticante, ex-dirigente, pai de atletas, avô de atletas, é muito grato verificar que esta infraestrutura é uma realidade. Parabéns à Câmara. Entretanto há aqui uma situação que gostava de explicação, senhor presidente: há aqui uma intervenção do senhor presidente da Câmara relativa à Assembleia Municipal de vinte e sete do quatro de dois mil e doze, em que consta e vou ler “Além disso, prosseguem outras obras importantes, como a beneficiação da EN 106, com os trabalhos neste momento a decorrer junto do cruzamento de Ribas”. Eis a razão da minha interpelação: quando das eleições apareceram uns placares a dizer que as

obras iam começar; eu pus o problema de que estavam a demorar muito e foi-me dito, e eu já o sabia que a Câmara pouco podia fazer, dado que tratava de uma estrada nacional, estrada nacional. Aceitei, compreendi, pedi que a Câmara usasse o seu poder de pressão para que o problema fosse resolvido e agora vejo na intervenção do senhor presidente da Câmara, uma referência ao estado dos trabalhos. A minha pergunta é esta: como estão em moda as privatizações, será que esta estrada sofreu uma municipalização? Gostava de o saber. Finalmente e fico satisfeito, a não ser que a ausência do senhor presidente seja por motivo de saúde, porque a última questão é dirigida diretamente, olhos nos olhos, ao senhor doutor Pedro Machado. Ficou combinado um determinado procedimento em relação ao problema de segurança nas escolas e relativamente ao problema de pontos negros e perigosos respeitantes a estacionamento em locais muito perigosos. Como militar disciplinado, cumpro as indicações, dirigi-me ao departamento que diz respeito à segurança, como já esclareci. Dirigi-me à secretaria, julgo que é secretária do senhor doutor Pedro Machado, julgo que a Dona Alexandra, mas não tenho a certeza, se errei peço desculpa, deixei o meu telemóvel para ser contactado e ser recebido pelo senhor doutor Pedro Machado, conforme combinado, mas parece-me que mais uma vez tenho que referir uma falta de memória, que vai sendo preocupante. Na tropa, costumamos dizer que há o fenómeno de explosão por simpatia. Há uma explosão aqui, provoca uma explosão mais distante. Haverá aqui uma falta de memória por simpatia? É muito preocupante. É muito preocupante e pode, tal qual uma explosão na tropa, causar feridos. E devo-lhe dizer que esta falta de memória já podia causar uma baixa. A minha pessoa. Estando junto ao Centro Cultural e Recreativo de Covas, parou um autocarro, uma viatura ligeira que vinha atrás para se desviar, praticamente apanhou-me, se não saltava, se não recuava. Apesar dos setenta e três anos ainda tenho alguns reflexos. Foi isso que me valeu. Muito obrigado.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Serei muito breve nesta intervenção até, porque, enfim o calor do debate, também, proporciona aqui apenas dois ou três aspetos: primeiro, referir aqui ao senhor deputado, senhor Alves, que esse pedido de desculpa reivindicado à bancada da Coligação Lousada-Viva, enfim, parece-me que é uma reivindicação no sentido de reverter a verdadeira situação. Porque, não ouvi da sua parte, nem da parte da bancada do Partido Socialista, algum pedido de desculpa, também, à bancada da Coligação Lousada-Viva. E, portanto, reverter uma

tentativa, de reverter a situação, parece-me que não lhe fica muito bem. Segunda, questão tem a ver, enfim, na decorrência desta, para o senhor vereador doutor Pedro Machado. Relativamente, à necessidade de elevação do debate, pois estamos plenamente de acordo, não poderia estar mais de acordo, quer dentro de portas, quer fora de portas e que deve ser, naturalmente recíproco, portanto só exigir aos outros, também, não lhe fica muito bem, também fica-lhe muito bem, sim senhora, assumir, fazer esse ato de contrição e, também a partir daí, naturalmente exigir ou reivindicar esse pedido de elevação do debate político lousadense. Depois, referir algo que mais à frente teremos oportunidade de, enfim, explanar um pouco melhor tem que ver com a Lei n.º 8 de 2012, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Teremos, oportunidade, mais à frente, também de apresentar a nossa visão sobre esta referida lei e, portanto não perderemos aqui mais tempo. Depois, dois aspetos, e corroborando a intervenção do senhor Capitão Campos de Barros, que me antecedeu, relativamente à iluminação pública. Pois, de facto, verificamos que ao nível do concelho, fomos alternando as iluminárias nos postes da iluminação pública. Isso faz, com que, de facto, haja uma economia de gasto ao nível da iluminação pública. E proporciona, naturalmente a colocação de algumas iluminarias, porventura, em sítios que estariam em falta. Eu gostaria apenas de pedir ao senhor presidente em substituição, senhor vereador doutor Pedro Machado, que nos apresentasse quais foram os critérios ou quais são os critérios que estão na origem desta alternância de iluminarias. Isto está a acontecer de uma forma, generalizada, há sítios onde de facto não acontecem, mas não acontecem porquê? Se há aqui alguma zona que de facto mereça ter iluminação poste sim, poste sim. Portanto, apenas aqui alguns, quais foram os critérios? E depois, também, tentar perceber melhor como é que isto está a decorrer ao nível de cada Freguesia deste concelho, ou seja, os técnicos chegam, decidem, autonomamente, isto está a ser feito articulado com as Juntas de Freguesia, não está? Só para que esta Assembleia perceba e que de facto do ponto de vista de princípio parece-nos uma boa medida, mas tem que estar enquadrada em critérios, em justificações e em articulações com as Juntas de Freguesia. E também já agora uma breve palavra, relativamente, aquilo que já aconteceu no passado e que enfim ainda nestes últimos dias não verificamos. Tem a ver com uma postura que me parece protocolar, não é mais do que isto, que é uma postura protocolar do Município, no sentido de quando fazem algum tipo de inauguração ou quando há uma cerimónia pública, no passado acontecia nós recebermos um convite por parte do Município, inclusivamente, recebíamos até um

convite postal, admito que esse convite possa ser transformado num convite via eletrónica, mas era uma situação protocolar que acontecia e que agora mesmo até nestas últimas celebrações não aconteceu. Eu, sinceramente, acho que não é exigir muito, é apenas uma questão de respeito pelos presidentes de Junta, elementos da Assembleia Municipal, vereadores da oposição, que creio que tal como eu nestas últimas cerimónias não foram convidados para os atos oficiais promovidos neste últimos dias. Tenho dito.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vou fazer uma interpelação ao senhor presidente em substituição, sobre a empresa municipal Lousada Século XXI. A empresa municipal Lousada Século XXI, não está insolvente e muito menos em situação de falência técnica. Vou ler as palavras de alguns elementos dirigentes da Coligação PSD/CDS, em Assembleias gerais anteriores e na imprensa. Primeira, intervenção do Sr. Dr. Carlos Nunes, referindo-se à empresa Lousada Século XXI e ao relatório de gestão do primeiro semestre de 2011, elaborados pelo ROC (Revisor Oficial de Contas), na Assembleia Municipal de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze, “do ponto de vista da apresentação de sucessivos prejuízos sendo já considerada pelo ROC, como uma empresa insolvente”, o que nem sequer é verdade em relação ao ROC ter dito isso. Entrevista do senhor Agostinho Gaspar e dos dirigentes da Coligação PSD/CDS e estando presente o senhor doutor Leonel Vieira ao jornal Verdadeiro Olhar em nove de março de dois mil e doze, referindo-se ao senhor vice-presidente da Câmara “deverá mandar uma carta a explicar porque é que a única empresa municipal está insolvente”. Entrevista do senhor Agostinho Gaspar, ao jornal TVS, em trinta de março de dois mil e doze “segundo o ROC o balanço previsional da Lousada Século XXI, aponta para um perda de capital social no final de exercício de dois mil e doze, que ultrapassa a barreira dos cinquenta por cento e “coloca a empresa na situação de falência técnica”. Perante este tipo de afirmações torna-se imperioso prestar os seguintes esclarecimentos: primeiro, uma empresa considerada insolvente quando não consegue cumprir os seus compromissos com os seus credores. Não é o caso da Lousada Século XXI, que tem vindo a cumprir pontualmente as suas obrigações perante o Estado, fornecedores e os seus trabalhadores. Logo Lousada Século XXI, não está insolvente. Segundo, uma empresa é considerada numa situação de falência técnica quando o seu capital próprio é negativo. Também não é o caso da Lousada Século XXI, pois o valor do

seu capital próprio, em trinta e um de dezembro era de um milhão novecentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta oito euros positivos. Muito longe de uma situação de capital próprio negativo, assim a Lousada Século XXI, não se encontra em situação de falência técnica. O ROC nunca em nenhum dos seus pareceres, alguma vez utilizou as expressões empresa insolvente ou empresa na situação de falência técnica. O que o ROC referiu no seu relatório, foi que a referida empresa municipal corria o risco de vir a apresentar uma perda de cinquenta por cento ou mais do seu capital social, ficando assim sujeito ao estipulado no artigo 35.º Código das Sociedades Comerciais, que diz o seguinte: primeiro, resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem os gerentes de imediato convocar a assembleia geral ou os administradores requerer prontamente a convocação da mesma, a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes; segundo considera-se estar perdida metade do capital social quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social; terceiro, do aviso convocatório da assembleia geral constarão, pelo menos, os seguintes assuntos para deliberação dos sócios: a) a dissolução da sociedade; b) a redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da sociedade, com respeito, se for o caso, do disposto no n.º 1 do artigo 96.º; c) a realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital. Aqui o sócio só para esclarecimento é a Câmara Municipal de Lousada. Podemos, assim verificar, que quando ocorrer a situação referida, que nunca ocorreu para já, se ocorrer um dia, não é obrigatória a dissolução da empresa, havendo soluções alternativas. Para além disso e segundo um jurista de uma empresa conceituada a nível nacional e internacional, nem sequer é obrigatório optar por qualquer uma das situações descritas, bastando que a empresa, nos seus documentos comerciais, informe do valor atual do seu capital próprio, entendimento generalizado no seio dos juristas. Na maior parte das empresas privadas, na situação do artigo 35.º, os sócios costumam deliberar que vão analisar e estudar essa questão para uma futura tomada de posição e ficam por aqui. Além do mais, analisando o artigo 62.º, que pretende definir as condições de extinção das empresas locais, do anteprojeto do governo de trinta de março de dois mil e doze, que ainda está em processo de aprovação e se ele for aprovado sem alteração e que pretende estabelecer o regime jurídico da atividade empresarial local e das

participações locais, podemos afirmar que a Lousada Século XXI não se enquadra em nenhuma das quatro alíneas do referido artigo. Artigo 62.º, um - as empresas locais são obrigatoriamente extintas sempre que se verifique uma das seguintes circunstâncias: alínea a) entidade pública contratante tiver de cumprir obrigações assumidas pela empresa local para as quais o respetivo capital se revele insuficiente nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (situação que não se verifica); alínea b) as vendas e prestações de serviços realizadas, durante três anos desde o início efetivo de atividade, não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais incorridos; só em 1999 primeiro ano de atividade as vendas e prestações de serviços não cobriram os 50% dos gastos, ficou em 48,15%. Em 2011 a taxa de cobertura foi de 69,45%. Alínea c) quando se verificar que nos últimos três anos consecutivos o peso contributivo dos subsídios da exploração por parte do respetivo Município tenha sido superior a 50% das suas receitas; nunca aconteceu nos últimos três anos. Em 2009 só cobriu 21,53%, em 2010 19,19% e em 2011, 10,30%. Alínea d) quando se verificar que nos últimos três anos consecutivos o EBITDA, que é o resultado da operacional menos o CAPEX, que é o investimento em bens de capital da empresa tenha sido negativo, só aconteceu em 2009, teve um resultado negativo de menos oitenta e quatro mil euros e setecentos e setenta e sete. Em 2010 teve um resultado positivo de vinte e quatro mil e novecentos e quatro. Em 2011 de quinze cento e noventa e oito. É, assim, impressionante a ligeireza e, até mesmo, a irresponsabilidade política com que os dirigentes da Coligação PSD/CDS de Lousada produzem este tipo de afirmações falsas, que apenas contribuem para gerar a desconfiança e o descrédito perante os fornecedores, os colaboradores e os utentes e sócios da Lousada Século XXI. Resultando de uma de duas situações: má-fé ou um desconhecimento total das matérias referidas, sendo, em qualquer dos casos, pouco abonatório para quem tem a ambição de um dia dirigir os destinos deste concelho, deste município. Perante os factos, entendo importante fazer uma breve análise sobre a atividade em 2011 e da real situação económica e financeira da Lousada Século XXI. No relatório de gestão de 2011, para apreciação da administração pode-se constatar o seguinte: 1 - Na sequência dos esforços nas campanhas de captação de utentes e na introdução de novas modalidades, a empresa conseguiu que o número de frequências atingisse o valor de duzentos e cinquenta e cinco mil, aumento de 3,6% relativamente a 2010, mantendo-se um elevado nível quantitativo e qualitativo na satisfação dos utentes. 2 - Para diminuir os custos fixos, a Administração em finais de 2010, apresentou uma

candidatura para a instalação de painéis solares comparticipados a 70% por Fundos Europeus. Agora essas palavras são minhas devido à mudança de política deste Governo no que diz respeito às energias alternativas, ainda não foi possível realizar este investimento. 3 - Os rendimentos gerados com a atividade foram seiscentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e quatro euros e de vinte e nove mil setecentos e nove euros com a venda de mercadorias no bar e artigos desporto. 4 - Os gastos com pessoal diminuíram em cerca de dezanove mil novecentos e noventa euros, assim como diminuíram os gastos com a eletricidade, a assistência técnica, a conservação e reparação, os gastos com contencioso e notariado, com ferramentas e utensílios e, os gastos com o Clube Lousada Século XXI. Relativamente à sua atividade desportiva o Clube Lousada Século XXI, com mais de duzentos atletas inscritos, alcançou entre outros, os seguintes êxitos desportivos na época 2011/2012: Polo aquático feminino campeão nacional em juvenis e juniores, polo aquático masculino vice-campeões nacionais em seniores disputam atualmente a liguilha para acesso à primeira divisão nacional. Não vou descrever os títulos que ganhou a atleta Joana Silva, que já foram descritos na moção que foi aprovada. Do balanço e do mapa de demonstração de resultados em 31/12/2011, posso retirar os seguintes rácios: primeiro valor acrescentado bruto, que significa a contribuição da empresa para a riqueza do país igual a 361.825,59€; 2 – valor acrescentado líquido que é o valor acrescentado bruto menos amortizações igual a 169.918, 00€; 3 – Grau de autonomia financeira 87,19%, refira-se que o grau de autonomia financeira das mil melhores pequenas e médias empresas privadas do país foi em 2011 de 32,31%, podem consultar a revista “EXAME” de Março de 2012. Nível global de endividamento 12,81%. Grau de solvabilidade geral 6,81%. Valores que demonstram a boa saúde económica e financeira da empresa. O problema que o ROC refere e que é real, é o de os resultados líquidos dos diversos exercícios terem sido negativos, o mesmo acontecendo com o de 2011 que teve um resultado líquido negativo de 162.173,00€. Mas isto deve-se apenas ao facto de nas contas para o cálculo de resultado líquido entrarem os valores das amortizações do exercício, referentes aos imóveis e equipamentos. Basta retirar o valor das amortizações dos edifícios no valor de 164.673,00€ mantendo as dos equipamentos para que a empresa apresente em 2011 um resultado líquido positivo de dois mil e quinhentos euros e um resultado operacional positivo de três mil e trezentos e vinte e sete euros. Posso portanto considerar que o resultado negativo tem apenas um valor contabilístico. É aqui que reside a grande diferença entre as

posições do Partido Socialista e a dos partidos que compõem a Coligação PSD/CDS de Lousada. Estes cuja agenda neoliberal é demasiado evidente e que pelos vistos é seguida pelos dirigentes locais da Coligação PSD/CDS, entendem que os resultados devem remunerar o investimento realizado nomeadamente em edifícios e equipamentos. O Partido Socialista entende, pelo contrário, que o investimento com os edifícios não tem que ser remunerado, até porque esses investimentos foram realizados na sua maior parte com fundos europeus, pois as empresas municipais não visam o lucro, mas essencialmente a prestação de serviços às suas populações, colocando sempre em primeiro lugar as pessoas, visando o seu bem-estar e desenvolvimento harmonioso e integral das mesmas, privilegiando sempre uma política de médio e longo prazo. Seguindo a linha de pensamento da coligação PSD/CDS, se esta um dia vencesse as eleições para a Câmara de Lousada, é legítimo pensar que os clubes e utentes tivessem que pagar pela utilização do complexo desportivo um preço que remunerasse o investimento realizado na sua construção. O mesmo para as associações e utentes que utilizam os campos de futebol ou pavilhões gimnodesportivos existentes nas freguesias. Que a Associação Cultural Musical de Lousada, os músicos e os alunos que frequentam a academia, pagassem taxas de utilização para compensar o investimento no auditório municipal. Que as faturas da água e do saneamento contemplassem também os elevados custos de construção das suas redes. Que fosse instituída uma espécie de portagem para todos os peões que utilizassem as ruas e calçadas da vila nas suas deslocações. O mesmo para os utilizadores das estradas e caminhos municipais; e porque é que as famílias que têm filhos a estudar, desde o pré-primário até ao secundário, não haveriam de pagar propinas astronómicas que compensassem os investimentos realizados com a construção e remodelação dos equipamentos escolares, etc, etc, etc. Não é este tipo de sociedade que o Partido Socialista e os elementos eleitos para os órgãos autárquicos em Lousada defendem. Não deixar cair a empresa municipal Lousada Século XXI, por motivos de ordem meramente contabilística, insere-se na luta para que esse tipo de sociedade não vingue tanto em Lousada como no país. Muito obrigada.»-----

----- Resposta do Sr. vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção da Dr.^a Cláudia Lousada. Eu, reitero que temos feito tudo o que é possível e, o que é possível fazer à Câmara, é pressionar. Agora, se defende outro tipo de pressões, pudemos ir para a rua todos às tantas e ocupar a ARS, não sei, o que sugere. Agora, o que lhe posso garantir é que

Câmara está a fazer tudo o que está ao seu alcance a pressionar para que todos estes problemas sejam resolvidos. Relativamente à carta que o Dr. Moutinho terá enviado, não sei, leu uma carta do Dr. Moutinho, não leu um ofício da Câmara e não sei o que lá escreve. Agora o que lhe posso garantir, é que a Câmara poderá de facto, poderá e não e manifestou a intenção de colaborar, mas não de assegurar a gestão daquele espaço. Uma coisa é colaborar, na medida do possível, com os formandos da escola, mas isso é uma solução de recurso, portanto a ARS não está bem servida o mercado tem à sua disposição muitos jardineiros ou então a Junta de Freguesia ou outra situação qualquer para resolver o problema. Relativamente, à intervenção do senhor capitão Campos de Barros, temos feito esse trabalho e respondendo julgo à intervenção do Dr. Carlos Nunes, no que respeita à iluminação pública e à redução, estamos a fazer isso em todo o concelho e por uma questão de imagem, também queremos passar para todo o concelho que é para todos e começamos exatamente aqui na vila. Agora, não é uma medida que possa ser feita de uma forma cega, porque há questões de segurança que nos obrigam a ter uma abordagem diferente e portanto sempre que nós vemos que há um cruzamento ou qualquer situação, uma curva perigosa que obriga outro tipo de solução, assim o fazemos, mas de uma maneira geral a regra será uma luminária num poste e outro sem luminária, portanto poste sim poste não. Basicamente, é esse o critério e depois acontecem situações desagradáveis, porque quando acontece de se desligar uma luminária junto ao quintal ou à casa de alguém que reclama, mas porque é aqui e não ali, porque quando começou, começou em determinado sítio assim, portanto se não fosse ali ia ser noutro lado, portanto esses problemas corriqueiros não estamos imunes a eles, portanto o que nos interessa é o objetivo que se pretende e o objetivo que é inevitável, porque nós já recebemos a fatura da energia do primeiro trimestre de 2012, e é assustador, porque como sabem o IVA, passou de 6% para 23%, a par disso houve um aumento substancial do tarifário e nós tivemos um aumento de duzentos mil euros nesta fatura e tem que ser tomadas medidas. Esta redução, provavelmente ou quase seguramente não vai compensar o acréscimo de custos que vamos ter, mas pelo menos vai minimizar bastante. Relativamente, à questão da segurança nas escolas, fico muito satisfeito que tenha ficado com boa impressão dos serviços. Acho que nesse domínio temos uns serviços viáveis que estão sempre disponíveis para colaborar com todos os municípios. Confesso que não percebi, disse que terá passado na Câmara e deixou o telemóvel, presumo que tenha deixado o número do telemóvel, não é, deve ter sido lá. Mas, eu

não sabia que queria falar comigo sobre esse assunto. Estou disponível todos os dias para falar com quem quer que seja e não é necessário sequer marcar, desde que esteja disponível. Agora pensei sinceramente que uma vez que tinha falado com os técnicos que tinha tratado diretamente com eles, porque nós na Câmara damos autonomia aos técnicos e eles quando sentem que não tem autonomia falam connosco e articulam connosco políticos e portanto como falou com o técnico pensei que isso estava resolvido e que estava tudo encaminhado. Mas se não estiver ou se porventura pretender ou preferir falar comigo eu estou disponível diariamente para falar com toda gente. Relativamente, à Estrada Nacional 106, ela não foi municipalizada, mas por nossa vontade, porque pela vontade do Estado já teria sido há muito tempo. Quem dera ao Estado entregar as estradas nacionais todas à Câmara de Lousada. Não nas condições em que o fizeram antigamente que esbanjaram dinheiro literalmente com os acordos, os protocolos que fizeram com as Câmaras e portanto não estamos recetivos a fazer protocolos com a E.P., para aceitarmos as estradas nacionais exceto nas zonas urbanas, e porquê? Porque nas zonas urbanas no fundo já somos nós que estamos a fazer a manutenção desses troços e portanto estamos a negociar com eles em que termos é que essa transferência vai ser feita e portanto naquilo que são troços devidamente identificados de aglomerados urbanos onde a nossa intervenção já se tem feito, aí sim, iremos aceitar integrar isso no nosso património municipal. Relativamente à 106 quer dizer eu não percebo esta dualidade na área da saúde a Câmara não tem competências, mas tem o dever de agir e porque é aqui em Lousada. Na área da rede viária como estrada nacional a Câmara já não tem nada a ver com isso e portanto não tem nada que dizer e que se congratular com o facto de a obra ser feita, não percebo essa dualidade de abordagens sendo certo que é uma obra que está a ser feita no nosso concelho e que está a ser acompanhada por nós, naturalmente. Ainda há dias estive numa reunião de obra, temos acompanhado isto para tentar conseguir uma solução o melhor possível para o concelho. Não é aquilo que nós desejávamos, porque o que estava previsto inicialmente era uma solução muito mais agradável, porque ia haver um volume de investimento muito superior, muitas curvas que iam pura e simplesmente desistir, mas para isso era necessário muito investimento como disse era necessário expropriações e segundo a E.P., não há dinheiro para expropriações. E portanto o que nós estamos a fazer daí a nossa intervenção e das próprias Juntas de Freguesias envolvidas é junto dos proprietários dos terrenos confinantes com essa Estrada Nacional,

interceder para que caso eles cedam os terrenos gratuitamente a E.P., está disponível para fazer os acertos de curvas, rotundas e tudo isso, porque não há dinheiro para expropriações e, portanto estamos a conseguir de uma maneira geral esse trabalho em conjunto com a E.P. Depois, relativamente à intervenção do Dr. Carlos Nunes, relativamente aos convites esta questão já foi falada mais do que uma vez. Nós não temos esse hábito, pelo menos que eu me lembre de nos últimos anos de endereçar convites. E porquê? Porque, devem ter reparado que publicitamos tudo o que é iniciativa municipal na Agenda Municipal e sendo vocês membros da Assembleia Municipal ou colegas da Câmara, é evidente que estão naturalmente convidados para todos os eventos e acho que não faz sentido pelo menos nos tempos que corre mandar postais. Agora, o email, temos um leque alargado, aliás não há óbice nenhum pelo contrário que incluamos nessa agenda eletrónica. Por último, relativamente, à intervenção do Sr. João Ferro. Acho que foi muito, muito pertinente de facto parece-me que não passa de um “fait diver”, porque empresa insolvente, não é, seguramente conforme disse e conforme demonstrou, estar em falência técnica também não está seguramente. Agora, de facto, isso não vale a pena fugir à questão, o próprio ROC di-lo claramente no parecer. Há uma perda de metade do capital social o que determina a aplicação do dito artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, mas isso por si só no caso em concreto não diz nada, porque como sabem isso já foi dito aqui repetidamente a intenção da Câmara logo que seja possível integrar aquele património, aquele imóvel na nossa propriedade municipal. E quando isso for feito ou melhor se isso tivesse sido feito em 2011 os resultados já teriam sido positivos. Portanto, vejam como isto é falacioso. Se em 2011, o imóvel onde estão as piscinas, não estivessem na propriedade da Século XXI, a Século XXI teria tido um resultado líquido positivo de dois mil e quinhentos euros e um resultado operacional positivo de três mil e trezentos e vinte e sete euros. Porque é que não o fizemos ainda, porque já o dissemos mais do que uma vez, porque a Século XXI, encontra-se aguardar a aprovação de uma candidatura, pelo menos enquanto não houver uma resposta negativa, espero que não, espero que a resposta seja positiva, mas enquanto não houver essa resposta e se porventura ela for negativa, obviamente vamos tratar disso de integrar aquele imóvel no nosso património e seguramente esta questão fica definitivamente arrumada. Sendo certo como disse e bem o Sr. João Ferro é por opção própria que não fazemos essa remuneração de investimento porque não faz sentido por todas as razões que ele disse, porque de facto aquele imóvel foi apoiado por fundos comunitários, porque

se houvesse essa intenção teria que se arranjar uma solução e qual seria essa solução ou era aumentar os preços e aí estávamos a penalizar os utentes e a penalizar a própria gestão da Lousada Século XXI, porque se aqueles serviços que a empresa presta têm muita procura é pelos preços serem acessíveis senão seguramente não tinham a afluência que têm. Outras soluções são diminuir a qualidade de serviço, não me parece adequado ou a câmara aumentava as transferências, mas para quê? Se é uma empresa de capitais, exclusivamente municipais, não vale a pena, não faz sentido nenhum e como disse é uma falsa questão, não passa de um “fait diver”. -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do Sr. Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Uma simples chamada de atenção. Correndo, o risco de me dizerem, o que já foi dito, que eu não sei português, corro esse risco, mas sou o homem da guerra, nem preciso de trazer colete a prova de bala. Vou fazer a transcrição total da frase a que me referi: “Além disso, prosseguem outras obras importantes, como a beneficiação da EN106, com os trabalhos neste momento a decorrer junto do cruzamento de Ribas”, trabalhos importantes em louvados de uma outra série de situações da responsabilidade da Câmara. Parece-me que o meu português é suficientemente correto e esclarecedor.» -----

----- Resposta do senhor vice-presidente da Câmara: «Sem querer ser maçador. Acho que há bocado fui esclarecedor. Só para dar - lhe um exemplo que acho que é pertinente, mas eu quando vejo algumas publicações, que as Juntas de Freguesias fazem e não raras vezes vemos lá obras que são promovidas pelo Município. Nunca me viu a chamar atenção ao senhor presidente de Junta era o que faltava “olhe, está-se aproveitar aí de uma obra que não é sua”, não porquê? Porque as Juntas acabam por colaborar connosco, podem colaborar menos, colaborar mais, mas todas elas de um modo geral colaboram e portanto é uma obra que está a ser feita na freguesia do senhor presidente da Junta, não é a Câmara que vai chamar atenção do senhor presidente que não deve, enfim reclamar aquela obra como sendo sua, porque no fundo é uma obra da freguesia e portanto por aí só estaria justificada. Portanto não vejo qual seja o interesse da questão.» --

----- TERCEIRO PONTO - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente em substituição desta Assembleia Municipal, restantes membros, senhor vereador Dr. Pedro Machado, restantes vereadores, excelentíssimo público, senhores e senhoras deputados, comunicação social. Começaria esta minha intervenção utilizando as palavras do senhor presidente de Câmara na comunicação que nos envia. Diz: “... os tempos futuros apresentam-se bastantes problemáticos.”, fim de citação. Esta afirmação carrega em si uma importância e um significado que nos devem envolver numa análise profunda e criteriosa do caminho percorrido até aqui, do caminho que está a ser trilhado e daquilo que se perspectiva fazer. A tónica para o debate de hoje é esta mesma, os tempos atuais e futuros são e adivinham-se bastantes difíceis. É claro que existem responsabilidades do passado que não podem ser desconsideradas na análise dos tempos atuais. A nível pessoal, familiar, empresarial, municipal e estatal, todos vivemos no passado recente num clima de ilusão, muito acima das nossas reais possibilidades. O sentido de oportunidade de muitos fez com que hoje se viva sobre a responsabilidade do compromisso assumido na altura em momento de grande exigência, dificuldade e responsabilidade perante os nossos credores nacionais e internacionais. Tudo isto apenas para dizer não fossem muitas das opções tomadas de forma errada, outras acima do necessário, outras em área não produtivas, outras sem grande retorno social para a comunidade até seria de louvar o sentido de oportunidade que se foi instalando em vários domínios e setores da sociedade. Ora, tal nem sempre aconteceu, muitos encargos foram contraídos sem equivalência ao nível do retorno e satisfação social. E isto, senhores e senhoras deputados, aconteceu de forma transversal a todas as instituições, direi, não haverá provavelmente quem escape a este indicador. A Prestação de Contas do Município, reflete isso mesmo. O Município de Lousada não foi, nem é indiferente a esta situação, aquilo para que sempre alertamos em várias intervenções está consubstanciado neste relatório de contas, está consubstanciado nas próprias palavras do vereador Dr. Pedro Machado e está consubstanciado em publicações de amplitude nacional e indelével. E começamos desde já por aqui. Aos longos dos tempos temos vindo alertar para o valor do passivo e endividamento do Município.

Lousada, 27 de abril de 2012 Pag.45

As últimas sessões desta Assembleia foram pródigas nesta temática. Acusam-nos de que afirmamos que a Câmara de Lousada está na bancarrota. Minhas senhoras e meus senhores, essa expressão é totalmente vossa, aquilo que sempre dissemos é que o valor do endividamento e do passivo da Câmara continua galopante a níveis preocupantes, aquilo que vossas excelências sempre quiseram demonstrar foi o contrário, acusaram-nos até de estar a mentir, deturparam as nossas afirmações e os nossos alertas, mas hoje tal como ontem e mais do que nunca percebe-se que sempre tivemos razão nesta matéria. Veja-se a publicação do Correio da Manhã, que aqui trago para todos poderem ver que apresenta de vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, apresenta o ranking dos municípios que mais aumentaram a sua dívida de dois mil e nove para dois mil e dez. Lousada está aqui na vigésima primeira posição no ranking de cinquenta municípios que mais aumentaram a sua dívida de dois mil e nove para dois mil e dez - 30,3% de aumento da sua dívida, com um valor de dívida de vinte e três milhões. Só uma nota, dívida da autarquia mais empresa municipal Lousada Século XXI. Desconheço até hoje que tivessem desmentido esta notícia e não o fizeram porquê? Porque é-lhe mais fácil acusar-nos do que defender a honra do Município sobre a referida publicação, é uma publicação de amplitude nacional. Sendo falaciosa não merece uma defesa de honra por parte do Município. É-lhes mais fácil fecharem-se em blogs, sites, facebook sobre esta matéria, com publicações até pouco dignas para o debate político lousadense, afinal caiu a máscara a quem? Senhoras e senhores deputados já voltaremos a este assunto. Interessa agora refletir três ou quatro aspetos mencionados no relatório de gestão e no parecer do Revisor Oficial de Contas. Na certificação legal de contas, encontramos duas reservas e, um ênfase do ROC (Revisor Oficial de Contas) que devem serem analisadas um pouco mais em pormenor. Reservas, ponto sete do seu relatório, diz o ROC, início de citação: “ A insuficiente informação externa ao Município sobre a titularidade do conjunto dos elementos do seu imobilizado, associada à sua grandeza, dispersão, assim como a insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do Imobilizado terminado quer sobre o grau de acabamento do Imobilizado em curso, provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, não nos permitem emitir opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas do Balanço bem como das Amortizações e dos Subsídios para Investimentos e, conseqüentemente, dos seus efeitos nos resultados”, fim de citação. Em duas ou três palavras

aquilo que podemos dizer é que adequação dos valores sobre o Imobilizado terminado ou Imobilizado em curso padece de maior acompanhamento e rigor. Colocarem tudo num bolo e depois não saberem ou não conseguirem valorizar cada fatia, principalmente quando há uma grande dispersão das fatias e uma considerável grandeza do bolo leva a subjetividades que remetem o próprio ROC, para a emissão da reserva citada. Gostaríamos, pois, de apresentar uma sugestão ao executivo municipal, cada obra deverá ter um centro de custo independente passível de acompanhar e quantificar os seguintes valores: a) Montante do valor imputado à respetiva obra; b) Fundos/Subsídios atribuídos a essa mesma obra; c) Valores adjudicados a terceiros ou por administração direta; d) Percentagem de acabamento. Esta, ficha técnica, ou melhor este centro de custo referente a cada obra servirá certamente para apurar com melhor adequação e critério valorimétrico a respetiva valorização do Imobilizado terminado ou em curso. Fica a nossa sugestão. Segunda reserva do ROC, ponto oito, diz início de citação “ embora em curso, o sistema de inventário permanente, por razões de operacionalidade, ainda não se encontra implementado, o que não nos permite emitir opinião fundamentada sobre o valor apresentado na rubrica de Existências”, fim de citação. Pois isto é tanto mais grave quando o Município e gabasse por isso executa por administração direta, ora tendo o nosso Município um considerável nível de execução por administração direta é preocupante que não exista um controlo mais eficiente sobre o que é incorporado nessas mesmas obras, refiro-me naturalmente aos materiais incorporados nessas realizações, isto pode levar a que os valores imputados a certas obras não sejam os mais corretos e, gostaria de convocar a Assembleia para um exemplo: Rotunda de Vila Verde, junto à Casa de Vila Verde, em Caide de Rei. Foi construída ali uma rotunda, que ainda está inacabada, não tem passeios, não tem iluminação pública, portanto quem conhece a rotunda percebe que tem umas guias de cimento e que definem ali que existe uma rotunda e que está neste mapa, nas contas que nos enviam com o valor de cento e oitenta e nove mil e seiscentos e quarenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos, valor pago para a rotunda de Vila Verde. Cento e oitenta e nove mil e seiscentos e quarenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos, uma rotunda inacabada, aceitarei, aceitarei, aqui algumas justificações, mas parece-me que terão um esforço grande em justificar este valor numa rotunda inacabada. O esforço, será naturalmente, grande, porque o valor assim o exige. É um valor grande para uma rotunda inacabada. E é pena, que este tipo de situações se demore tanto tempo para corrigir, estou expectante e terei quase a certeza que na próxima Prestação

de Contas, já não teremos a necessidade de falar deste assunto. Senhoras e senhores deputados e excelentíssimo público, Lousada Século XXI, empresa municipal. O valor da participação da Câmara na empresa municipal da Lousada Século XXI é de 100%, portanto quando há pouco dizem que é um sócio, é um sócio 100%, sócio exclusivo, ou seja, mais ou menos dois milhões de euros, sendo que o capital social da Lousada Século XXI, ronda os três pontos oito milhões de euros. Ora, os resultados líquidos da Lousada Século XXI ao longo dos anos tem sido negativos o que já levou a absorção de mais de 50% do seu capital social. Gostaria de chamar atenção para o parecer do ROC e para uma leitura mais devida desse mesmo parecer, porque na última Assembleia fizemos uma intervenção sobre a Lousada Século XXI e portanto não vale a pena convocar demagogias políticas para este assunto. O nosso alerta é sobre tão só para a amplitude da missão da Lousada Século XXI, para o seu plano de atividades e naturalmente que louvamos a atividade que a Lousada Século XXI, promove. A casa está sempre cheia, as pessoas não percebem, porque é que dá aquele prejuízo, 50% do seu capital social já está absorvido em resultados negativos e vamos ver quando passarmos o edifício para a Câmara Municipal de que lado é que vai agravar as contas. Sendo, como disse a Lousada Século XXI, uma empresa municipal detida em 100% pela Câmara Municipal, todo este acumulado de resultados negativos provocará certamente uma intervenção da Câmara Municipal e influirá naturalmente na sua própria demonstração de resultados. Apesar de não ser obrigatório a consolidação de contas da Lousada Século XXI nas contas do Município quando ao abrigo do 5.5 da portaria 474/2010, seria como é obvio, visto que não há nem deve haver nada a esconder importante por uma questão de transparência a apresentação das contas da Lousada Século XXI refletidas nas contas do Município. A Lousada Século XXI é uma empresa totalmente do Município, 100% detida pelo Município. Isto mesmo é alvo de ENFASE no parecer do Revisor oficial de Contas, portanto não sou eu Carlos Nunes a dizê-lo, é o Revisor oficial de Contas na Certificação Legal de Contas que o aponta em ênfase no seu ponto onze ponto a. Senhoras e senhores deputados outro assunto. Abordarei agora algo que é alvo de uma certa análise e interpretação polémica, refiro-me ao volume das obras executadas em 2010 e 2011, não refletidas na Prestação de Contas. A análise política que podemos fazer desta situação é muito simples, existe um elenco de obras já executadas em 2010 e 2011 que surgem orçamentadas, para 2012, o valor em causa situa-se acima do três milhões de euros e não estamos a incluir as obras de rede de água e saneamento.

Ora caso se desse a tramitação destes encargos para a Prestação de Contas que agora discutimos como seria suposto acontecer dado esta obras estarem concluídas alteraria vários parâmetros de análise e execução, desde logo, os rácios de liquidez e solvabilidade e naturalmente endividamento. Estamos aqui a falar não aja dúvida de um expediente que configura uma elevada sapiência política e técnica e honra vos seja feita nesta situação, pois caso contrário ou caso considerado da totalidade destes encargos nas contas de 2011 a capacidade e o limite de endividamento de médio e a longo prazo já teria sido ultrapassado. Voltámos, então ao tema do passivo e endividamento do Município, de uma forma muito simples remeto-vos para a ata da reunião ordinária de dezasseis de abril do corrente ano da Camara Municipal, aliás direi do corrente mês. Podem consultar a ata, enfim, dessa reunião de Câmara e ditou o senhor vereador Dr. Pedro Machado para a ata o seguinte, inicio de citação: “A dívida a médio e longo prazo ronda os 14,6 milhões de euros (incluindo-se aqui empréstimos, locações financeiras e restantes compromissos de médio e longo prazo). Por sua vez, a dívida a curto prazo ronda os 6,5 milhões de euros” fim de citação. Contas muito rápidas e muito simples 14.6 mais 6.5 igual a 21.1 milhões de euros da dívida a curto, médio e longo prazo. Tantas vezes, nos criticam e disseram é 14.6, 6.5,21.1, contas rápidas, o senhor vereador Dr. Pedro Machado é que o disse, essas palavras são dele. Tantas vezes, nos criticam e disseram que não sabiam onde íamos buscar estes valores, que eram fruto da nossa imaginação, enfim, parece que apreenderam, que agora reconhecem, ou nem todos. Direi eu, haverá quem diga que estamos a inventar os números, afirmados pelos próprios. Eu sei, eu sei que querem que eu fale do endividamento ou da dívida líquida. Falarei, certamente, para vos dizer, que devem, coordenar-se melhor com o vosso camarada professor José Santalha, pois ele diz 8 milhões; doutor Pedro Machado diz 10 milhões e certamente virá a seguir senhor Joaquim Santos a dizer outro número qualquer, portanto alguma coordenação ficará melhor. Mas, caras e caros deputados se é verdade que devemos considerar o valor do ativo, também é verdade que uma parte desse valor, nomeadamente ao nível de utentes é de difícil cobrança. Não estou a ver a Câmara Municipal a intentar cobranças judiciais contra utentes do Município, ou será que vamos ver isso? Naturalmente aqui estão aquelas pessoas, aquelas famílias que não pagam, enfim a taxa da água, enfim outros serviços. Em suma, temos um passivo que ultrapassa os 21 milhões de euros, temos um crescimento de 273.5% de custos financeiros de 2010 para 2011 associados na sua maior parte aos juros dos empréstimos contraídos, ou seja, passamos de cento e oitenta e

cinco mil euros para os quinhentos e seis e quinhentos euros de juros pagos. Senhoras e senhores deputados e excelentíssimo público, tudo isto num Município que teve em 2011 uma receita real de 24 milhões de euros, tudo isto no Município que vê o valor real das suas receitas a diminuírem de ano para ano, sendo expectável e preocupante o decréscimo das receitas próprias ao nível das taxas e licenças, IMI e IMTT e bem assim ao nível das transferências do estado. Tudo isto no Município que teve em 2011 cerca de vinte e dois milhões de euros em despesas correntes, mas com uma perspectiva de aumento das mesmas despesas correntes. Pois a partir de 2012 e 2013 acaba o período de carência de vários empréstimos e quando a receita real de hoje ronda os vinte e quatro milhões ficara muito pouco para construir equipamentos e executar obras. Tudo isto num Município que tem mais de 21 milhões de euros de passivo, mas que no final do corrente ano poderá ainda ser um valor bastante superior. Vou dizer porquê. Existem encargos julgados e transitados ao nível do valor a pagar aos proprietários da quinta de Vila Meã, um milhão de euros, aos proprietários dos terrenos da zona industrial de Lustosa, quatrocentos e cinquenta mil euros é o valor proposta pela Câmara os proprietários reivindicam o dobro mais juros poderá ascender a mais de um milhão de euros, poderá ascender quatrocentos e cinquenta mil já são, mas poderá ascender a um milhão de euros. Encargos já das obras concluídas, mas com liquidação prevista para 2012, portanto estamos a falar à volta de três milhões de euros mais o diferencial dos empréstimos contraídos mas ainda não utilizados na mesma ordem de três milhões de euros que poderá naturalmente servir para pagar estas referidas obras. Se juntarmos a isto mais o passivo da Lousada Século XXI, que também é do Município, no final do corrente ano, poderá como disse este valor do passivo ascender a vinte e cinco milhões de euros, se, se juntarmos todas estas contas. Mas sublinho, sublinho serão pródigos e terão oportunidade de deturpar as nossas palavras e dizer tudo isso, enfim terão essa oportunidade. Mas sublinho que é preocupante o valor do passivo do Município, mas é de igual modo ou mais preocupante a diminuição do valor das receitas correntes do Município. Pois, tudo isto acontece no Município que tem centralizado os investimentos e que regista uma diminuição de investimentos de capital, aqueles investimentos de obra, associado à obra, tudo isto no Município que não prioriza nem direciona a sua atividade para incremento de sectores produtivos e socialmente lucrativos. Concluimos e admitimos tal como o senhor presidente o admite e tal como eu referi no início os tempos futuros apresentam – se bastante problemáticos.» -----

aos utentes, bem também tem solução ao senhor presidente não paga aos empreiteiros e a Câmara depois já não tem dívida. As contas são elaboradas por pessoal técnico superior e analisadas por um Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro, cujo relatório faz uma apreciação favorável. Se bem que o senhor diga o contrário. O Revisor Oficial de Contas faz uma apreciação favorável, basta ler a parte final que diz para esta Assembleia o votar favoravelmente. Para avaliar a gestão municipal, interessa fazer-se a comparação entre as receitas e despesas correntes dos anos de dois mil e dez e dois mil e onze, isto é que interessa, porque se trata de valores calculados e executados de acordo com as Regras definidas pelo POCAL. Assim e comparadas as receitas e despesas dos anos de dois mil e dez e dois mil e onze teremos, receitas correntes: dois mil e dez, receita orçada - vinte e três milhões duzentos e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e nove euros; receita cobrada - vinte milhões cento e um mil duzentos e trinta euros; grau de execução – oitenta e seis virgula três por cento. Dois mil e onze, receita orçamentada - vinte e dois milhões vinte e sete mil setecentos e sete euros; receita cobrada – vinte milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e oito euros; grau de execução - noventa e três por cento. Despesas correntes: dois mil e dez, despesa orçamentada vinte e três milhões quatrocentos e oitenta e sete mil duzentos e dois euros; despesa realizada dezanove milhões oitocentos e noventa mil seiscentos e trinta e sete euros; grau de execução oitenta e quatro virgula sete por cento. Dois mil e onze, receita orçamentada, vinte e três milhões trezentos e oitenta mil e setecentos e sete euros; despesa realizada vinte milhões duzentos e vinte e seis mil e duzentos e dezoito euros; grau de execução oitenta e seis virgula cinco por cento. De salientar, que houve um corte de setecentos e noventa dois mil trezentos e cinquenta euros, repito, setecentos e noventa e dois mil trezentos e cinquenta euros nas transferências do estado. Mesmo assim é de realçar o rigor na elaboração do orçamento, bem como a contenção nas despesas correntes, criando saldos no valor perspetivamente de um milhão, trezentos setenta e três mil e quatrocentos e cinquenta e oito euros e três milhões, cento e sessenta um e quatrocentos e oitenta euros, que suportaram despesas de capital. As receitas e despesas de capital como sabem com a exceção das transferências provenientes da participação nos impostos que também teve uma redução substancial, resultando do corte efetuado pelo orçamento do estado resultam da obtenção de participações do QREN ou de contratos programa celebrados com o governo e da obtenção de empréstimos para cobrir a contrapartida da

autarquia nas candidaturas ao QREN, até ao limite estipulado pela Lei das Finanças Locais. Quanto a investimentos realizados há que salientar o aproveitamento das participações disponibilizadas uma vez que as áreas da sua aplicação são previamente definidas pelos regulamentos aprovado pela Órgão de Gestão dos fundos comunitários e não por escolha dos Municípios. No que se refere às dívidas a terceiros, o valor apresentado não traduz uma dívida real, que resulta essencialmente, no atraso das transferências para obras financiadas e que não fora recebida no ano de dois mil e onze, principalmente de candidaturas ao QREN. Também tiveram atrasos substanciais, as transferências do estado para despesas correntes, principalmente na área da educação, eu digo ao senhor Prof. Vilar. É de realçar o óptimo resultado da gestão municipal no ano de dois mil e onze pela análise de todos os documentos que instruem a Conta e o respectivo relatório de Gestão. No que diz respeito a obras que constam nos Planos Plurianuais de Investimento nos anos de 2010, 2011 e 2012, não pode esquecer-se as fases por que passam a execução das obras. Toda a gente sabe, os senhores presidente de Junta também o sabem, nomeadamente: a) para apresentação das candidaturas é necessário como sabem, que as mesmas se encontrem inscritas no PPI; b) após adjudicação há o prazo estabelecido para a sua conclusão que normalmente ultrapassa o ano civil; c) sempre que se elabora um auto de medição é solicitada a participação ao QREN; d) só depois de recebida a participação se procede ao pagamento ao empreiteiro, depois de recebida a última participação é que se finaliza a execução financeira da obra. A título de exemplo, pode-se citar a Escola Básica de Nogueira, que funciona desde o início do ano letivo e ainda há dívida do QREN e do Ministério da Educação. De realçar que todas as obras executadas estão faturadas, portanto deixem-se de insinuações por vezes roçam a calúnia, assumam isso publicamente e assumam as consequências. Fiz-me entender, não é verdade.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Muito boa a noite a todos, senhor presidente da Assembleia em exercício, senhor presidente da Câmara em exercício, senhores vereadores, senhores deputados. Espero, hoje não abusar do tempo e, ser sucinto e, resumido naquilo que tenho para dizer aqui hoje na Assembleia. Basicamente são três ideias, que queria aqui deixar expressa. A primeira tem a ver com os Documentos Prestação de Contas, que ao cabo e ao resto é o que está em discussão neste momento e,

eu gostava de dizer que fiquei preocupado com aquilo que o Carlos Nunes aqui disse e que decorre do Relatório de Contas. A primeira coisa que eu faço quando vejo um Relatório de uma empresa é analisar o parecer do ROC e em particular se existem Reservas ou Enfâses. As Reservas são mais graves do que as Enfâses, mas quer umas quer outras devem ser lidas com atenção, que ao cabo e ao resto retratam aquilo que é mais relevante e mais gravoso no relatório. E as Reservas que estão ínsitas no relatório relativo à atividade da Câmara Municipal do ano transato, são preocupantes. Numa primeira Reserva, porque faz referência à inexistência de rigor no que concerne ao inventário do imobilizado e isso é preocupante, porque isso pode subverter completamente os resultados apresentados pelo executivo municipal. A segunda reserva reporta-se também à ineficiência ou opacidade do inventário das existências, isso também é deveras preocupante, porque ele pode condicionar e de que maneira o resultado deste executivo municipal. E por último a questão que também foi abordada já não com a gravidade das anteriores, mas que está consignada sobre a forma de Enfâse, que é a questão da Lousada Século XXI, que obviamente como aqui foi dito e bem não é mais do que uma mera ficção jurídica, porque na prática estamos a falar de algo que é a Câmara Municipal de Lousada, que é a única acionista e portanto é que estivemos a falar da própria Câmara. Bom, dito isto, eu penso que na análise dos Documentos de Prestação de Contas, nós devemos de facto refletir sobre o que se está a passar e acho que devemos ser exigentes também para com o executivo no sentido de alterar esta postura e de futuramente introduzir uma metodologia que permita aos deputados municipais votarem em consciência e com rigor os documentos que são patenteados. Que eu tenho de facto dúvidas sobre a veracidade dos números e dos elementos que foram apresentados, em função destas Reservas, apresentadas por alguém com a competência no Revisor Oficial de Contas. E eu nunca esqueço situações e obviamente que não estou aqui a dizer que essa se verifica também aqui no caso concreto Lousada, mas não esqueço nunca situações de empresas até de alguns estados soberanos que utilizavam a contabilidade criativa para de alguma forma iludirem as suas dificuldades e enganarem a terceiros. Um caso concreto paradigmático está hoje numa situação castratónica é o caso da Grécia, como bem sabem e isso tinha haver de facto com uma Prestação de Contas erroniosa, muitas vezes adulterada e falseada que era apresentada a Bruxelas. E, portanto eu faço esta primeira observação, que é importante do ponto de vista metodológico, que o executivo municipal adote os mecanismos necessários a corrigir estas

deficiências, que são graves e repito não permite aos deputados municipais em consciência votarem com rigor o relatório que é apresentado. A segunda nota tem a ver com algo que aqui foi dito, enfim vieram aqui alguns argumentos suscitados, enfim com base em recursos a alguns chavões que estão em voga no momento o chavão neoliberalismo e outros do género, mas sejamos claros, diretos e frontais. Nós vivemos uma situação muito difícil no nosso país, vivemos e já que o disse e volto a repetir sob a assistência financeira internacional. Num acordo, é bom rememorar-lo, penso que alguns dos senhores deputados esqueceram-se desse pormenor, um acordo subscrito pelo anterior governo do Partido Socialista e naturalmente também com o nopalácea com o apoio do PSD, portanto não se trata de um acordo celebrado por este governo, foi um acordo celebrado pelo anterior governo quase “in extremis” na ponta final da sua vida útil, naturalmente também com o apoio do PSD e que está a ser cumprido, há um compromisso internacional assumido por Portugal que obviamente deve ser respeitado por todos os partidos que tenham efetivamente sentido de estado e que tenham vinculado a esse compromisso, como é o caso do Partido Socialista, que é o caso do PSD e portanto não se trata de nenhuma visão neoliberal, não se trata de uma imposição, de nenhum ataque como aqui ouvi dizer assim “à vol d’oiseau”, um tanto ao quanto de uma forma populista e demagógica um ataque ao poder local, aliás quando ouvi isso até fiquei perplexo como é que é possível fazer um ataque ao poder local, quando o poder local na sua maioria é constituído por elencos, por executivos que são da cor do atual governo, nomeadamente o PSD. Não faz o menor sentido a não ser que houvesse uma perspetiva masoquista da parte do poder político em exercício de massacrar, imacular a sua própria base eleitoral que é de facto por natureza o poder local e portanto não se trata disso, trata-se de conhecer a realidade concreta em que vivemos e de percebermos que estamos sobre assistência financeira internacional onde é fundamental reduzir o endividamento e onde é fundamental solidariedade da Administração Pública, da Administração Regional e da Administração Local. Isso implica naturalmente sacrifícios, isso implica cortes, isso implica também racionalização dos custos e sobretudo excelência na gestão de recursos escassos. É esse recurso, relativamente aos Documentos Prestação de Contas, que hoje são aqui apresentados em que me parece que nem sempre pondera esta análise a necessidade de reduzir os custos, nomeadamente as despesas correntes do Município. E se olharmos de facto para as despesas correntes do Município creio que é possível sem grande

imaginação e sem necessidade de grande criatividade introduzir de facto alguns critérios de racionalidade na gestão desses mesmos recursos. Eu, penso que é possível introduzir melhorias no sentido de tornar mais eficaz a gestão municipal. Eu, penso que há seguramente desperdício nessa gestão, deve ser detalhado e é nossa função também deputados municipais chamarmos atenção do executivo municipal daquilo que deve ser feito no sentido de racionalizar a despesa corrente. É óbvio, também não nos esqueçamos disso que do ponto de vista da receita, como também aqui já foi dito e bem, face à situação que estamos envolvidos, naturalmente que a tendência vai ser reduzir as transferências do estado, nomeadamente do orçamento de Estado para os municípios, naturalmente vai haver perda de receitas próprias. Estamos numa fase de recessão económica, não vai haver seguramente dinamismo na construção, portanto todas as taxas que eram cobradas pelo Município em matéria de novos empreendimentos seguramente que vão diminuir, vai ter quebras no IMI até pelas dificuldades que as pessoas e as famílias estão a sentir, até pelo desemprego que está a subir, vamos ter seguramente quebras também no IMI, que é uma das receitas mais importantes dos Municípios. Temos quebras brutais que se vão agravar com os tempos mais próximos na área do IMT, que obviamente não havendo atividade económica não vai haver transações no sector imobiliários e portanto o panorama e aí o presidente da Câmara Dr. Jorge Magalhães, no relatório que subscreve tem razão quando diz que os tempos são de facto difíceis e o futuro de facto não é risonho, esta é a realidade. Ora, bom aqui chegado, temos que ter um rumo para o Município e esse rumo a meu ver passa por três vetores essenciais: em primeiro lugar, por uma racionalização dos gastos e da despesa corrente. Há muito a fazer senhor presidente da Câmara em exercício nesse domínio, não através de despedimentos, não é nada disso, não através de reduções forçadas ou rescisões forçadas do pessoal da Câmara, ninguém pretende isso muito menos o PSD ou a Coligação Lousada Viva, nada disso. Agora há seguramente economias a fazer do ponto de vista das assessorias, do ponto de vista de prestação de serviços. Há, seguramente, eu pelo que vi no relatório percebi e não precisei de facto de ir muito longe de que é possível de facto conseguir alguma economia do ponto de vista daquilo que é despendido pela Câmara em prestação de serviços externos. Do ponto de vista da realização das atividades culturais, eu acho fundamental e louvo a iniciativa na área cultural do Município, mas penso que há algumas sinergias podem ser feitas, nomeadamente com outros Municípios do Vale do Sousa, relativamente a atividades culturais que estão a ser realizadas

aqui em Lousada e que podem ser realizadas em conjunto. Nós estamos num tempo em que é preciso de facto dar as mãos e procurar pontes e diálogos com outros concelhos para conseguir fazer o mesmo ou melhor, mas com menos recursos e isso exige de facto argúcia, imaginação, proficiência, excelência na gestão, primeiro ponto. Segundo ponto, creio que é fundamental a Câmara ter alguma margem, alguma folga para atender situações que vão iniludivelmente acontecer nos tempos mais próximos do ponto de vista social, mais do que investimento público concreto, porque efetivamente os tempos não vão ser favoráveis nem compagináveis com esse desidrato. A Câmara, o executivo tem que ter uma forte preocupação social nos tempos vidouros, porque as situações de dificuldade económica de falta de emprego, dificuldade até de sustento das famílias vão inexoravelmente agravar nos anos mais próximos e a Câmara tem aí um papel a meu ver fundamental do ponto de vista da economia social de ajudar a população do concelho. Por último mesmo em tempos de crise há oportunidade e muitas vezes é nesses tempos de dificuldade que a imaginação, argúcia, a criatividade nos permite encontrar soluções e saída para os problemas. Está na hora do executivo de Lousada ter alguma abertura para um investimento no concelho. Já várias vezes falei nesse ponto. Está na hora de em vez de terem essa postura um pouco acomodada, enfim à situação atual, sem nenhum rasgo, sem nenhuma visão de captação de outra atividade de investimento, está na hora do executivo municipal acordar e procurar no momento de dificuldade que atravessamos conquistar, atrair investimento concreto para Lousada. Não quero retórica, não quero falinhas mansas, não quero palavras “pias”, quero ações concretas nesse domínio, realizar iniciativas, seminários, conferencias trazer cá os grandes empresários de Portugal para que efetivamente seja possível encontrar saídas para um investimento aqui em Lousada. Eu compreendo que não é fácil, mas não será seguramente possível se cruzarmos os braços e mantivermos quietos e mudos deixando correr o marfim como costuma dizer o nosso povo. Eu penso que estes Documentos de Prestação de Contas, devem constituir um momento de reflexão para todos nós, porque independentemente das vicissitudes que os mesmos comportam e eu a meu ver como disse há diversos elementos que me causam preocupação, eles devem constituir sobretudo o momento de reflexão para a construção do futuro do concelho é nestes Documentos de Prestação de Contas, que nós percebemos se há ou não há uma visão estratégica para o concelho. Eu tenho a dizer daquilo que vi nos Documentos de Prestação de Contas, não encontrei, que não escutei em

lado nenhum essa visão estratégica para o concelho. Mas vou dar o benefício da dúvida, faltam ainda dois anos, para o final do mandato deste Executivo e eu espero que nesta ponta final ainda haja um golpe de asa para corrigir o tiro e encontrar a tal visão estratégica de prosperidade e de desenvolvimento sustentável para o concelho de Lousada que até hoje não vi. Muito obrigado.»-----

----- Esclarecimento da Mesa da Assembleia: «Com esta intervenção do senhor deputado, o PSD, esgotou o tempo. Inclusive já foi dado mais uns minutos. Por norma deixei andar mais uns minutos, conforme o acordado.»

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Um das táctica frequentemente utilizada pelos dirigentes da Coligação PSD/CDS, tem sido aquilo a que eu aqui numa outra sessão apelidei de manipulação dos números, manipulação dos factos. Manipulação no sentido em que baseando-se umas vezes em números verdadeiros lhe atribuem um significado que eles não têm, outras vezes apresentando mesmo números falsos. Para uma melhor compreensão desta afirmação sempre que a minha argumentação me socorrer de rácios tentarei esclarecer o seu verdadeiro significado. No que diz respeito aos rácios de liquidez, o senhor Agostinho Gaspar refere que a liquidez reduzida foi em 2010 de 1,54 e em 2011 de 1,62, reconhecendo que houve uma variação positiva, não se refere à liquidez imediata que se manteve exatamente a mesma. O senhor Dr. Carlos Nunes, na discussão dos relatórios de Contas, de anos anteriores sempre que os rácios de liquidez tiveram uma variação negativa enfatizava o caso atribuindo o resultado a uma má gestão do executivo. Ora no que diz respeito à liquidez imediata o seu significado por si só é nulo, as variações positivas ou negativas só por si não tem qualquer significado. Dar-lhe importância nestas condições é pura manipulação. Para fazer qualquer tipo de análise é necessário olhar para o mapa de tesouraria. E as pessoas compreendem perfeitamente com um exemplo: se alguém tem em tesouraria, vamos supor mil euros e sabe que no dia dois de janeiro do ano seguinte, vai receber uma transferência do estado e tem a certeza que vai receber por exemplo dez milhões de euros, essa situação de tesouraria é ótima só com mil euros, pelo contrário uma pessoa que tenha quinhentos mil euros em tesouraria e sabe que no dia dois de janeiro vai ter que pagar dez milhões de euros a situação é péssima, portanto ter este saldo ou aquele, este rácio ou aquele de liquidez sem olhar para o mapa de tesouraria

não significa absolutamente nada. Falar, tirar conclusões com isso é pura manipulação. Ora, no que diz respeito à liquidez reduzida no caso das contas de um Município não tem qualquer interesse a sua análise, pois os Municípios prestam serviços, não vendem mercadorias. Sendo o seu valor praticamente igual ao da liquidez geral e isso podem ver nos relatórios a diferença entre a liquidez geral e a liquidez reduzida é sempre de uma centésima, portanto vamos afastar as análises à liquidez reduzida e vamos ficar pela análise à liquidez geral. O único rácio de liquidez que tem aqui interesse é o rácio da liquidez geral, o seu valor é o cociente entre o ativo de curto prazo e o passivo de curto prazo, daqui compreende de imediato que se o seu valor for um ou maior que um significa que em princípio estará tudo bem. Em 2011, o rácio da liquidez geral foi de 1,62, o que significa que o passivo de curto prazo (o curto prazo é um ano) está totalmente coberto pelo ativo de curto prazo com uma grande folga que nos casos dos Municípios é importante garantir, porque nunca se sabe quando as transferências do Estado ou da Europa são efetuadas. Os rácios de rendibilidade apresentam valores ligeiramente inferiores aos do ano anterior. O principal objetivo dos municípios não é o lucro, mas sim a prestação de serviços aos munícipes, depois as variações positivas ou negativas são tão insignificantes que tirar conclusões importantes das mesmas é pura manipulação. O senhor Agostinho Gaspar diz também que os juros e encargos subiram e o senhor Dr. Carlos Nunes repetiu esta afirmação, diz também que os juros e encargos subiram de 2010 para 2011 de cento e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta seis para quinhentos e seis mil quinhentos e um, o que considera de muito preocupante, que novidade, toda agente sabe que os juros em Portugal subiram de forma preocupante, toda a gente paga juros mais caros, os que têm acesso ao crédito, claro, porque há muita gente que não tem acesso ao crédito, aqui os municípios à volta, há vários com exemplo disso com a gestão das cores do vosso partido, basta olhar para Paços de Ferreira, por exemplo. Mas o que pode fazer executivo relativamente a isso não aproveitar os fundos vindos da Comunidade Europeia, olhe que se é verdade que as futuras gerações não perdoariam ao executivo um endividamento que comprometesse o seu futuro o que não aconteceu como se vai demonstrar mais à frente. Também é verdade que nunca mais perdoariam ao mesmo executivo se não tivessem aproveitado as oportunidades dos Fundos Europeus, com o objetivo do desenvolvimento atual e futuro do concelho. Note-se também que esses valores, os que eu referi da dívida, dos encargos de juros que o PSD/CDS referiu como encargos de juros não se referem exclusivamente a juros, mas

incluem, também os resultados, os resultados nas participadas e começamos a ver aqui que de facto as contas da participada que é a Século XXI, estão incluídos neste relatório de Prestação de Contas. É o caso por exemplo dos encargos financeiros, que essa parte é de juros e parte é dos resultados da Século XXI. O rácio de solvabilidade desceu de 1,25 para 1,23, este rácio é o cociente entre os fundos próprios e o passivo. O seu valor significa que o passivo está garantido com folga suficiente pelos fundos próprios. O seu valor desceu duas centésimas que coisa extraordinária. A percentagem de autonomia financeira até melhorou um pouco diz o senhor Agostinho Gaspar continuando a basear-se nas informações do relatório de gestão, olhe que não, por acaso aqui os números porventura por erro de impressão estão trocados, o valor da coluna 2011 é o de 2010 e vice-versa, portanto os valores corretos de grau de autonomia financeira é assim que se chama são em 2010 de 55,47% e em 2011 de 55,12% desceu 35 centésimas. O senhor sabia, mas pelos vistos, reparei que não está aqui o senhor Agostinho Gaspar, eu estava a falar para ele. Mas, continuo uma vez que isto está escrito que o grau de autonomia financeira das pequenas e médias empresas privadas portuguesas se ficou em média pelos 32,31% em 2011. O do Município de Lousada é de 55,12 e sabia que as empresas privadas portuguesas cotadas em bolsa financeiras e não financeiras ainda há pouco tempo se situavam em média no top dez europeu e mundial das empresas que utilizavam menos os fundos próprios para financiar o ativo, não sabiam disso? A nível europeu ocupavam um lugar que andava pelo terceiro e quatro das que utilizam menos fundos próprios e portanto utilizam mais passivo e empréstimos e a nível mundial as empresas portuguesas em média ocupavam há pouco tempo sétimo oitavo lugar desse ranking. Refere-se ainda ao parecer do ROC (Revisor Oficial de Contas) sobre o facto de um inventário ainda não estar completo, dificilmente um dia estará, basta ver a relações dos bens inventariados e não valorizados, livros, pratos, talheres, cadeiras aos milhares, etc. Para verificar que essa tarefa se manifesta na prática impossível e de importância irrelevante. O mesmo relativamente ao facto do sistema de inventário permanente das existências ainda não ter sido implementado, irá ser a seu tempo. Mas o que verdadeiramente interessa é que elas estão inventariadas pelo sistema de inventário intermitente. O resultado final é exatamente o mesmo. Até aqui o senhor Agostinho Gaspar justificou a votação negativa do Relatório de Contas de 2011 por parte dos vereadores da Coligação PSD/CDS, apenas com pequenas insignificantes manipulações. Confesso que me lembrei de imediato da expressão utilizada

pelo senhor professor Dr. Eduardo Catroga há tempos o que lhe valeu uma sugestão de férias antecipadas por parte do Dr. Pedro Passos Coelho, descansem que por respeito à Assembleia não a vou repetir aqui. Diz ainda o senhor Agostinho Gaspar, quando nos é apresentado um passivo total de dezanove milhões duzentos e vinte e sete mil duzentos e setenta e um, onde é que o senhor foi buscar esse valor? Ainda bem que já regressou. É preciso pôr algum rigor nas nossas afirmações. Se quer referir-se de facto ao passivo total o valor é de cinquenta e nove milhões trinta e nove mil setecentos e setenta e um. Em contrapartida o valor do ativo total é de cento e trinta e um milhões quinhentos e cinquenta e três e setenta e nove. É só para ficar a saber, porque normalmente os senhores falam somente nos valores do passivo, o que é manipulação, porque quando se fala só nos valores passivo ou só do ativo não se pode tirar conclusões sobre a situação financeira do Município. Por isso convém falar do endividamento líquido ou se quiser do passivo exigível líquido que fora em 2011, respetivamente de dez milhões seiscentos e dez mil cento e trinta e quatro euros o endividamento líquido e o passivo exigível líquido dez milhões quinhentos e sessenta e um e oitocentos e trinta e seis. Vocês poderão para o ano por volta de fevereiro ver este passivo no anuário financeiro das empresas municipais a nível do país. Valores que têm colocado o Município de Lousada, no ranking dos cinquenta Municípios do país com menor indiciem de endividamento líquido. Isto, também, lamentar que as contas das demonstrações financeiras da empresa Municipal Lousada Século XXI, não tenham sido consolidadas, com as contas do Município por não ser materialmente relevante como diz a lei e possibilita que não o seja. Ao, senhor Agostinho Gaspar parou aí a leitura, não foi mais à frente, não leu o período a seguir, olhe que era só mais uma frase... Deve ser salientado, no entanto a utilização de método de equivalência patrimonial para inclusão desta entidade no balanço do Município, o que quer dizer que a Lousada Século XXI tem todas as suas contas integradas no Balanço do Município, mais manipulação. O que não foi feito por ser demasiado trabalhoso e desnecessário foi fazer a consolidação dos dois sistemas contabilísticos e até porque se não me engano, não tenho a certeza, mas tenho quase a certeza a Câmara ainda se regula pelo POCAL e a empresa Municipal de Lousada regula-se pelo SNC, o que seria complicado integrar os dois sistemas de contabilidade, mais manipulações e falsidades. Quando o senhor doutor Carlos Nunes diz hoje que no Correio da Manhã, a dívida de 2009 para 2010 aumentou 32,3%, sendo Lousada dos Municípios em que a dívida aumentou mais, isto é manipulação, porque não diz nada. E eu vou

dar um exemplo muito simples, se um individuo deve um euro e aumenta a sua dívida para dois, o aumento da dívida é de 100%, mas um individuo que tem uma dívida de cem milhões e não aumenta a dívida, ela não varia, o aumento da dívida é de 0%, o senhor prefere a segunda situação, nós preferirmos a primeira, mais manipulação. O senhor doutor Leonel Vieira, na sua entrevista ao jornal TVS, quando lhe perguntaram o que tinha a dizer sobre os valores do endividamento deste Município publicados nos Anuários Financeiros dos Municípios, pela OTOC que é a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas que demonstravam que era o menos endividado a larga distância entre os Municípios do Vale de Sousa. Respondeu desta maneira: “ com o mal dos outros podemos nós bem”. Mais tarde em reunião de Câmara quando confrontado pelo senhor presidente da Câmara sobre o mesmo tema respondeu assim desta vez “ com o mal dos outros podemos nós bem”, senhor doutor Leonel Vieira, não acha que sabe a pouco esta resposta, dada por quem provavelmente vai ser candidato à presidência da Câmara nas próximas eleições. Eu acho, eu acho, eu acho. E é bom que nós possamos dizer com o mal dos outros podemos nós bem os outros é que não podem dizer o mesmo de nós, porque os outros sabem muito bem que o Município de Lousada não está mau, está bem. É a partir daqui que as afirmações têm outro cariz, para além de roçarem as fronteiras do ridículo constituem uma acusação grave a todos os elementos do executivo assim como aos funcionários administrativos, deste Município, põem em causa a sua honestidade e dignidade como fizeram sem qualquer tipo de escrúpulos quando afirmaram que os técnicos da autarquia não eram contratados pela sua capacidade técnica. Quando o senhor Agostinho Gaspar afirma que existem obras já terminadas em 2010 e 2011 e que continuam orçamentadas em 2012, estão sim senhor, porque ainda não foram pagas, continuam orçamentadas, porque é obrigatório. Insinuando que as mesmas foram faturadas para iludir o valor do endividamento que ele calcula, não sei como, ser de mais de três milhões de euros, é de facto uma acusação grave. A ser verdade só poderia resultar duas situações ou porque os fornecedores não as teriam faturado o que não é crível, porque para receberem têm de faturar ou porque as faturas entravam na Câmara e alguém as escondeu só possível com a conivência fraudulenta entre o executivo e os funcionários administrativos. Também teria que envolver o ROC, pois este não teria denunciado a discrepância entre os valores apresentados pelos fornecedores e os apresentados pelo Município. Senhor, Agostinho Gaspar, tenham o incómodo de ler o mapa das dívidas a terceiros que aí encontrará a resposta

a todas as suas inquietações. Senhor presidente da Câmara em substituição, senhoras e senhores vereadores do Partido Socialista. O grupo Municipal do Partido Socialista, congratula-se pelo facto de com resultado da estratégia deste executivo ter como o senhor doutor Jorge Neto reconheceu com bastante ênfase na Assembleia Municipal de 18/02/2011, uma posição invejável a nível nacional no que diz respeito à sua população jovem, a mais jovem do país e às suas acessibilidades. Congratula-se também pela sua situação invejável a nível nacional no que respeita aos seus equipamentos desportivos. Assim como aos seus equipamentos escolares. Congratula-se, ainda, também de ter ao mesmo tempo uma situação invejável a nível nacional respeitante à sua situação económica e financeira. Queria comentar a importância que vocês dão por exemplo ao inventário das mercadorias que eu já disse que o seu inventário foi feito de forma intermitente, foi feita ao fim do ano, não foi feita durante o ano, foi feita ao fim do ano. Quando o Município tem um ativo de cento e trinta e tal milhões, o inventário das mercadorias corresponde quinhentos e trinta e dois mil euros, é essa a vossa preocupação pelas coisas pequenas. A consolidação de contas, já falei sobre elas que não foram consolidadas, mas estão expressas no balanço. A captação de investimento é um bocado caricato quando vocês constantemente criticam o investimento feito no Complexo Desportivo, porque não conseguem vislumbrar, não conseguem ter a ideia que é um investimento estratégico. Lembro-me de na mesma Assembleia de 2011, o senhor doutor Jorge Neto dizer que não via o investimento no Complexo Desportivo sem se ter pensado numa unidade hoteleira, pois essa unidade hoteleira está aí, está aí não é, porque alguém se lembrou de abrir uma unidade hoteleira, está aí porque existe o Complexo Desportivo. O Complexo Desportivo, de futuro, vai ser muito importante nos investimentos a nível do ensino superior. Tenham a certeza, que Lousada mais tarde ou mais cedo, essencialmente no campo do desporto irá ter uma unidade no ensino superior. Irá ser muito importante num investimento da saúde mais virada essencialmente para problemas de ordem traumática e recuperação. Não duvidem que vão aparecer empresas que vão investir em Lousada ao lado do parque desportivo nesse sentido. Não duvidem que as economias das populações, as pequenas economias das freguesias vão de futuro beneficiar com a existência do Complexo Desportivo de Lousada. Senhor doutor Carlos Nunes, eu fui professor de matemática durante uma dezena de anos, mais ou menos. Havia alguns alunos que com eles, uma pessoa perdia um bocado a paciência, eu vou dar um exemplo: eu um dia perguntava a um aluno meu “Olha, diz-me lá

quanto são três vezes dois e ele dizia ao senhor professor três vezes dois são cinco”, isto não era bem assim é caricato, mas olhe apareceu-me situações muito perto disso no secundário na altura. E, eu explicava: “olha que três vezes dois são seis, não cinco, são seis, porque é três mais três mais três, é três mais três duas vezes é seis ou se quisermos dois vezes três é seis, porque é dois mais dois mais dois, três vezes é seis e ele diz “ Há, senhor professor já percebi, obrigado”. Pronto deixava passar, passado uns tempos perguntava “ Ó pá diz lá quanto são três vezes dois e ele dizia ao senhor professor três vezes dois são cinco”. Senhor Carlos Nunes, eu sei que o senhor vai fazer uma declaração de voto aqui no fim e nessa declaração de voto o senhor vai continuar a dizer que três vezes dois são cinco. Muito obrigada.»-----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só tenho a pena que o senhor doutor Jorge Neto tivesse ido embora. Fez-nos aqui uma situação terrível do ROC, do parecer do Revisor Oficial de Contas e o ROC é engraçado ele se calhar não leu a parte final. Diz assim: Em face do exposto, isto é o ROC, tendo em contas as ações lavadas a cabo e o teor da Certificação Legal de Contas que emitimos, com reservas e com enfases, fala disso, somos de parecer que a Assembleia Municipal aprove: a) o relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2011; b) a proposta do Órgão Executivo, quanto à aplicação dos Resultados, apresentada no Relatório de Gestão. Se o ROC não acreditasse no relatório de gestão com certeza não terminaria assim o parecer. E também já o ano passado ouvimos também falar dos célebres empresários que vinham cá e até hoje nada, mas tudo bem. Só duas ou três notas, duas ou três notas para chegarmos à dívida líquida da Câmara. A execução do Plano Plurianual de Investimentos aumentou de 32,7 para 44,7, durante o ano de 2011, mas conforme refere o relatório poderia ter um valor superior se diversos pedidos de pagamentos ao QREN tivessem sido transferidos atempadamente para o nosso Município, engraçado também como não se fala do pessoal. Indicadores de natureza orçamental de realçar nesta parte o relatório a diminuição considerável em relação ao ano anterior das despesas com pessoal 52,95 para 47,73 e aqui está uma contenção e gestão adequada, a diminuição foi cerca de cinco pontos percentuais. A dívida de empréstimos bancários e o ano passado até contraímos bastantes empréstimos dois ou três com a anuência ali da Bancada da Coligação. A dívida de empréstimos bancários de médio e longo prazo aumentou apenas 3,66% e resultou da utilização de empréstimos para complementar o

financiamento comunitários. E agora as célebres contas que eu costumo fazer e que são reais, e que são reais e estão plasmadas no Relatório de Gestão. A dívida de terceiros é de oito milhões setecentos e oitenta e sete mil quinhentos e setenta e um euros e dez cêntimos; a dívida a terceiros é de seis milhões e quatrocentos e setenta e sete mil e cento e cinquenta e sete euros e dezoito cêntimos, quer isto dizer que a Câmara tem haver dois milhões trezentos e dez mil quatrocentos e treze quarenta e dois. Dívidas a Médio e Longo Prazo, empréstimos bancários, dívida aos bancos doze milhões cento e onze mil quinhentos e noventa e cinco euros e noventa e sete cêntimos. Acordo SUMA, um milhão trezentos e doze mil e setecentos e trinta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos. Locação Financeira um milhão duzentos e doze mil e trezentos e oitenta euros e doze cêntimos, total catorze milhões seiscentos e trinta e seis mil e setecentos e catorze euros e sessenta e cinco cêntimos. Resumindo, soma da diferença entre a dívida a terceiros e de terceiros dois milhões e trezentos e dez mil e quatrocentos e treze e quarenta e dois. Saldo de Gerência conforme mapa de fluxo de fundos que vem junta à conta um milhão setecentos e vinte sete mil e setecentos e sessenta e nove euros e vinte e cinco, totaliza quatro milhões e trinta e oito mil e cento e oitenta e dois euros e sessenta e sete, se abatermos aos catorze milhões e tal estes quatro milhões e tal teremos a dívida líquida da Câmara, líquida da Câmara e foi o que senhor doutor Pedro disse na reunião de Câmara, falou em aproximadamente dez vírgulas seis milhões, as minhas contas se estão certas a dívida líquida da Câmara são dez milhões quinhentos e noventa e oito mil quinhentos e trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos. De salientar, e termino senhor presidente, de salientar que houve uma diminuição de prazo médio de pagamentos a fornecedores conta corrente em dois mil e onze passou de oitenta e oito para quarenta e seis dias, para fornecedores de imobilizado cento e quarenta e cinco dias, devido ao atraso em participações da DREN e da DGAL.»-----

----- Resposta do Sr. vice-Presidente da Câmara: «Começando, pela intervenção do Dr. Carlos Nunes, ainda sobre o passivo, obviamente quem nos dera a nós não ter uma dívida, mas só não teríamos dívidas se tivéssemos as obras feitas, o trabalho feito, mas como isso não é possível temos que ter dívidas. Agora, como todos sabem temos dívidas, mas com uma situação perfeitamente equilibrada, com uma situação, perfeitamente sustentada e vocês sabem disso, é pena que teimem neste caminho tortuoso de tentar enganar, de iludir as pessoas, de vir aí com artigos do Correio da

Manhã, por acaso nem leio o Correio da Manhã, não é, mas sei o que o Correio da Manhã lá dizia, de facto. Agora, é estranho, porque é que vocês falam no Correio da Manhã, tem lá uma ilação, que eles retiraram do Anuário e, não falam do próprio Anuário e do que lá vem no Anuário. Já falei nisto na última Assembleia, mas é bom avivar a memória para que as pessoas tenham presente do que estamos a falar. E, no Anuário, o que é, que nós temos, para dois mil e dez, tem aqui um quadro que diz o seguinte: Municípios com o maior aumento de passivo exigível e aparece lá Lousada em vigésimo terceiro, houve aqui um aumento de um ano para o outro de dois mil e nove para dois mil e dez e o senhor Ferro explicou muito bem, não me interessa nada ter uma dívida de dez milhões, num ano e noutra ano não fazer dívida nenhuma, é uma situação completamente mais favorável aquele que de um ano para outro duplica, mas continua com uma dívida menor. É completamente falacioso estar a dar ênfase a esta situação, pelo contrário é bom sinal que a câmara fez obra, porque tinha capacidade de endividamento, se não tivesse, não teria, infelizmente muitos Municípios não têm e, portanto o que interessa para o caso é ver os indicadores gerais. E, por exemplo, Municípios com menor passivo exigível por habitante, Lousada em trezentos e oito Municípios aparece em quadragésimo terceiro lugar. Num outro quadro, Municípios com menor passivo líquido exigível por habitante, quadragésimo lugar. Municípios com maiores resultados económicos, trigésimo primeiro lugar. Municípios com maior liquidez, décimo nono lugar, em trezentos e oito. Municípios com menor liquidez referenciado a dois mil e dez, escuso-me dizer, vejam e vejam os Municípios daqui da região que aqui estão com menor liquidez e, portanto são documentos oficiais da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e, é lamentável que insistam nesta mentira, que é uma mentira. Na última, Assembleia fez aqui um desafio de não utilizar a palavra mentira, mas podemos andar com rodeios o que não é verdade é mentira e não vale a pena ir por aí, porque os Documentos Oficiais falam por si. E a propósito de Documentos Oficiais foi dado muito ênfase aos reparos que o Revisor Oficial de Contas fez, quer pelo Dr. Carlos Nunes, quer pelo Dr. Jorge Neto e tenho pena de ele não estar aqui, porque ele de facto tem muito jeito para falar de “cor”, mas devia inteirar-se melhor dos assuntos, quando fala sobre eles, porque de facto às tantas leu só partes do relatório do ROC e não terá lido todo relatório de gestão e analisado convenientemente todas as contas. Eu, também não sou especialista na matéria, mas quando não sei pergunto e quando tenho dúvidas tento removê-las e foi o que fiz e esta questão alguém já a explicou, julgo até que foi o Sr. Ferro, do que é que se passa a

propósito destas duas situações, destes dois reparos que o ROC faz no seu parecer. E o primeiro não tem nada a ver com isso que aí foi dito, nomeadamente pelo Dr. Carlos Nunes, de que a Câmara devia ter um centro de custo menor. Nós, já temos um centro de custo há muito anos em todas as obras, inclusivamente nas obras por administração direta que normalmente são tidas pela maior parte dos Municípios como amadorismo, nós já o dissemos aqui numa Assembleia, nós tratamos as obras de administração direta, como fosse uma empreitada, tem um processo, tem a imputação de despesas, contabilizamos inclusivamente o número de horas de cada funcionário, inclusivamente dos administrativos e nós sabemos quanto é que aquela obra por administração direta nos custou, isso está tudo contabilizado. O que o ROC, diz é outra coisa, quando fala aqui em grandeza e dispersão está a falar de outras coisas, dos bens de domínio público, porque mal, mas é assim que o POCAL obriga nós temos que dar um valor por exemplo aos caminhos, quer dizer é tão relativo dar um valor ao caminho, portanto não há ROC nenhum que vá dizer que de facto aqueles valores são os corretos. Aliás, pelo que sei há inclusivamente um recomendação por parte da Ordem do Técnicos Oficiais de Contas, de fazer essas reservas, porque no fundo não é responsabilidade deles, se aquilo vale X ou se vale Y, a responsabilidade é neste caso da Câmara. Este tipo de reparos há-de aparecer sempre e certamente aparece em todas as Certificações Legais de Contas, por esse país ou melhor não parece em todos, porque há Municípios que submetem a Aprovação de Contas à Assembleia Municipal, sem o parecer do ROC, não sei se sabia disso. E até aqui bem perto, porque é que será? Depois, relativamente ao ponto oito, de facto é uma falha, mas uma falha que não tem relevância para o caso e o Sr. Ferro, também o disse, porque não tem expressão, mas temos que reconhecer que de facto a inventariação o trabalho não está concluído e já devia estar, sim senhor e temos ou contamos que isso fique feito agora em junho, julho e este reparo para o ano já não estará aqui. Aquela situação que referiu da rotunda de Vila Verde cento e oitenta mil euros, não sei devia estar a brincar, porque sabe perfeitamente que não há rotunda nenhuma que custe cento e oitenta mil euros, portanto o nome da obra que é a rotunda de Vila Verde, mas não inclui só a rotunda. Aliás, se calhar não conhece Caide, foi alguém que lhe disse isso, mas se lá passar vai ver que provavelmente quando se fez aquela rotunda fez -se ali mais qualquer coisa e o conjunto da obra poderá ter custado esses cento e oitenta mil euros. Foi um troço de estrada que lá está e podem lá ver. Século XXI, consolidação de contas de facto o ROC disse, porque embora não sendo obrigatório, a

Câmara poderia ter feito, mas não fez e não fez porque não achou importante fazê-lo, porque como já foi dito aqui as contas da Câmara refletem o ativo e o passivo da Século XXI. E depois as obras orçamentadas para 2012 estarão concluídas, mas que esta Prestação de Contas não reflete. Isto aqui já entra num caminho que roça a ofensa, sinceramente, porque já o disse mais do que uma vez, inclusivamente na reunião de Câmara. Se nós temos obras que por uma outra razão ainda não foram liquidadas, nomeadamente a maior parte dos casos por atraso nas participações, enquanto elas não forem pagas têm que constar sempre do próximo orçamento, porque senão não podíamos pagar, mas por outro lado consta também da Prestação de Contas e o Sr. Ferro, também vos disse que há aqui um documento nos documentos das contas que é o Mapa de Outras Dívidas a Terceiros que estão aqui elencadas fatura a fatura e se vocês tivessem dúvidas e se de facto queriam removê-las e se não quisessem só lançar confusão pediam à Câmara ou então se a situação fosse tão grave como aquela que eu ouvi e fiquei em pânico numa conferência de imprensa, que foi dizer que a Câmara tinha obras executadas há um e dois anos que não estavam faturadas, participem isso à IGAL, participem isso ao Tribunal de Contas, senão não estão a prestar um bom serviço a quem vos elegeu, participem, isto é de uma irresponsabilidade atroz e portanto eu sinceramente fico chocado com este tipo de afirmações e ainda por cima com a forma como vocês reiteram estes ataques que são completamente despidos. Relativamente, ainda à dívida líquida sei que não vos interessa falar da dívida líquida só interessa aquilo que devem à Câmara não interessa para nada, porque às tantas o Estado também vai falir e a Câmara não vai receber o que lhe deve a DGAL, o que lhe deve a DREN, o que lhe deve os próprios Fundos Comunitários, portanto às tantas vai falir tudo e nós como somos os únicos pagadores vamos ter que pagar e não recebemos, não sei se é esse o juízo que fazem. Agora, há de facto ali uma pequena fatia que tem a ver com dívidas de consumidores, nomeadamente água, saneamento e ao contrário do que aqui foi dito, nós vamos mesmo para tribunal ou melhor não precisamos de ir para tribunal, porque normalmente isso resolve-se dentro da Câmara através de processo de execução fiscal e isso fazemo-lo, há quem o faça só depois das eleições, nós não, nós fazemo-lo durante os quatro anos, podem estarem seguros disso, e ações de despejo e isso tudo. Ainda sobre a intervenção do Dr. Jorge Neto, de facto não faz sentido nenhum o que ele disse, porque o parecer do ROC é francamente positivo, faz só de facto aquelas referências a título meramente de indicativo. E portanto ele falou aqui em

contabilidade criativa, não sei o que isso é, ele lá saberá. Ouço falar que se faz nas ilhas portuguesas, pelo menos é o que se ouve na televisão e nalgumas Câmaras se calhar também, aqui seguramente que não, porque aqui tudo o que nós fazemos é faturado e está aqui nas contas podem estarem seguros disso. Depois, introduzir melhorias para racionalizar despesa corrente, isso são frases soltas, é mais uma vez falar de “cor”, porque isto fica sempre bem dizer “deve-se racionalizar a despesa, porque os tempos estão difíceis, as despesas correntes têm que ser controladas”, claro podemos dizer sempre todos os anos, que é sempre pertinente. Agora o que interessa é sabermos o que temos feito nesse domínio e temos feito muito e, temos feito mesmo muito. Já dei há pouco um exemplo, no que respeita à iluminação pública, estou a lembrar-me por exemplo de pormenores como as fotocópias, poupou-se imenso com as fotocópias, como? Dando um código a cada funcionário, o funcionário ao tirar uma cópia tem que lá meter um código e nós ao fim do mês sabemos quantas cópias é que cada funcionário tirou e depois avaliamos o que é que se passa ali se justifica aquele serviço tirar tantas cópias, o certo é que houve uma redução brutal de fotocópias, nas comunicações, enfim numa série de situações em que estamos a racionalizar e muito as despesas.

Reduzir as assessorias, aqui falou, podia-se reduzir assessorias, é o que nós temos feito. Agora, já o disse também na última Assembleia Municipal, há situações que nós não podemos deixar de contratar as assessorias, por exemplo foi necessário agora no âmbito do Centros Escolares fazer uma série de projetos de especialidades. A Arquitetura foi dentro da Câmara, porque nós temos pessoal para o efeito, mas das especialidades não temos sequer gente que tenha as qualificações necessárias, as inscrições nas Ordens, etc., e portanto temos que recorrer a assessoria externa e portanto teve o reflexo depois aqui na Prestação de Contas. Apoio social é importante, porque nós temos a noção disso e isso que temos feito, aliás foi uma das apostas para este mandato. Aliás estava aqui a senhora vereadora a dar-me nota que muito recentemente se calhar esta semana tivemos conhecimento de que nos foi atribuído um prémio pela Segurança Social, prémio de boas práticas a propósito do MEISI, que a senhora vereadora já falou aqui tem um nome assim muito pomposo que é o Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada e a Administração Central da Segurança Social reconheceu o trabalho que está a ser feito nesta área social, aqui em Lousada mais uma vez. Temos que aproveitar em tempo de crise as oportunidades também como sugeriu aqui o Dr. Jorge Neto é evidente, é o que temos feito também, mas isso não se faz com conferências e

seminários. Se as conferências e seminários resolvessem o problema do país nós não tínhamos problema nenhum, porque se vocês abrirem o jornal, qualquer jornal há lá uma conferência. Aliás devo-lhes dizer que é um bom negócio, deve ser um bom negócio, porque a maior parte delas paga-se bem e se isso resolvesse o problema dos investimentos, do emprego, nós não tínhamos problema nenhum aqui em Portugal. Agora, temos feito o possível e os resultados começam aparecer, de facto, o hotel se está a ser construído por alguma razão é. É, porque de facto os agentes privados sentiram que mais do que nunca se justificava a sua existência e porque alguém se empenhou para que junto da tutela, fossem abertas as candidaturas. Aliás, nós empenhamo-nos para que até fossem aprovadas as duas que foram apresentadas, infelizmente só uma delas é que foi aprovada, mas sei que o outro promotor ainda não desistiu e que continua interessado em promover o seu hotel e por alguma razão será, é porque de facto reconhece que o nosso concelho tem potencial para um segundo hotel. Mas, ainda sob investimentos posso referir-vos por exemplo que no âmbito do “PORDER”, estão aprovados aqui para o nosso concelho projetos na área da agricultura, do comércio, do turismo até dois milhões de euros. Ainda na última Assembleia Municipal se falou aqui, aliás foi apresentado o projeto do Centro Interpretativo da Rota do Românico. Há imensas, não serão imensas, mas vai havendo ainda empresas que vão sendo criadas, pequenas e médias empresas com muita coragem de alguns empresários e têm tido o nosso apoio dentro do possível facilitando procedimentos, etc. Agora conforme já aqui foi dito mais do que uma vez nós não podemos dar aquilo que não temos e há muitos Municípios que infelizmente andaram a dar aquilo que não tinham, a oferecer terrenos que agora estão com graves problemas para os pagar. Agora se calhar podemos fazer ainda mais alguma coisa e estamos a preparar também agora para levar à reunião de Câmara algumas medidas de incentivo, nomeadamente a redução de taxas, de benefícios, enfim, mas nunca muito mais do que isso, porque nós não estamos em Trás-os-Montes, nem no Alentejo para dar terreno, isso é impensável. Infelizmente pelo menos essa moda agora já passou, mas há três, quatro anos havia agentes económicos que andavam de Câmara em Câmara, para ver quem dava mais e isso sinceramente nós nunca estivemos disponíveis para esse tipo de usura que é quase uma usura. Para terminar e sem querer ser maçador queria realçar de facto, a excelente execução de uma maneira geral dos Documentos Previsionais quer ao nível da Despesa e da Receita, quer Despesas Correntes, quer Despesas de Capital e do próprio PPI. Lembro-me, de anos anteriores vocês nos criticarem por taxas

de execução baixo valor, hoje não falaram ou não me apercebi que falassem sobre isso. Queria realçar aqui uma coisa que não sei se o Sr. Santos referiu que tem que ver com o saldo positivo de quatrocentos vinte e oito mil euros, que é a diferença entre as receitas correntes e a despesas correntes, quer dizer que se nós subtrairmos aquilo que foram as despesas correntes às receitas correntes temos um saldo de quatrocentos vinte e oito mil euros. Em 2010 tivemos cento e setenta, quer dizer o quê? Que neste domínio poupamos duzentos e cinquenta e sete mil euros apesar de todos os constrangimentos, apesar de todas as dificuldades. E, portanto está aqui demonstrado de uma forma clara e categórica temos tido aqui uma preocupação muito grande em reduzir as despesas correntes. E certamente ter-se-ão esquecido de falar na despesa com pessoal, certamente terá sido um lapso, porque todos os anos vocês falam na despesa com pessoal, mas como vocês se esqueceram de referir, eu vou mais uma vez fazê-lo de facto foi de 47,73% quando em 2010 foi de 52,95%, o que de facto demonstra um esforço contínuo de contenção, de uma gestão adequada dos recursos humanos, foi isso que nós dissemos quando discutíamos a aprovação do Quadro de Pessoal para este ano em dezembro ou novembro último e portanto estão aqui os resultados desse trabalho que nós temos feito. Quanto à dívida já dei para esse peditório, não é, é como diz ali o Sr. Ferro na declaração de voto três vezes dois vão ser cinco, a gente já sabe disso. Queria realçar que apesar de todo o investimento que tem sido feito e, foi feito aliás em 2011, a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo aumentou apenas 3,66%, para fazer face à componente nacional dos investimentos dos Fundos Comunitários e realçar que o Município de Lousada, continua com uma capacidade de endividamento invejável, e isso devíamos estar todos satisfeitos em vez de estarmos aqui atirar areia nos olhos dos outros. Houve também uma diminuição no prazo médio de pagamento que eu acho que é excecional pagar a fornecedores a quarenta e seis dias no panorama nacional é excecional. Há situações em que demoramos mais tempo, o Sr. Santos também referiu cento e quarenta e cinco dias, mas isso já tem que ver com determinado tipo de obras em que houve atrasos da DGAL e da DREN. Em conclusão o Município de Lousada continua com uma situação financeira perfeitamente equilibrada, tem certamente as suas dificuldades, mas essas dificuldades de tesouraria são motivadas pelos sucessivos atrasos que têm havido da administração central no pagamento das participações a que nós temos direito. E realçar que de facto o cenário não é nada famoso, porque os cortes são cada vez mais e também já aqui foi dito, as transferências do estado recebemos

menos setecentos e noventa e dois mil euros, é muito dinheiro. Há de facto uma diminuição da receita de impostos diretos, da iluminação pública já o referi, então neste primeiro trimestre foram duzentos mil e portanto temos que prosseguir neste caminho difícil para que no futuro seja devidamente salvaguardado. Sendo certo que temos a plena convicção e com modéstia à parte que se a administração central, a administração regional das regiões autónomas e os outros Municípios, tivessem feito aquilo que nós fizemos, seguramente Portugal não estaria a passar as dificuldades que nos estão a afetar a todos. Muito obrigado.»-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2011, conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número dois do artigo quarenta e sete da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro”---

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e três votos a favor, doze contra dos seguintes membros: Jose Augusto Campos Barros; Branca Cecília de Sousa; Manuel Sousa; Joaquim José Bessa; Virginia Monteiro; Carlos Manuel Nunes; Cláudia Patricia Lousada; Jorge Almeida; António Filipe Barbosa; Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira; António de Sousa Meireles, presidente da junta de Freguesia de Caíde de Rei e Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo; e uma abstenção do seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares.-----

----- Não votaram os seguintes membros: Jorge Manuel Neto; José Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira; Moisés Dias Ribeiro presidente de Junta de Freguesia da Ordem e Jorge Simão de Sousa Teixeira presidente de Junta de Freguesia de Cristelos. -----

----- Com uma declaração de voto do membro António de Sousa Meireles, presidente da junta de Freguesia de Caíde de Rei: “ Boa noite a todos. Eu, voto contra, porque voto em consciência, voto contra a calúnia, voto contra a manipulação, voto contra a mentira. E voto contra, porque a construção

da rotunda de Vila Verde com ligação à estrada nacional 207.2, em Caide de Rei, na extensão de noventa e nove metros com a rotunda sem passeios, sem luz pública ainda não terminada com o valor de cento e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos, levanta-me sérias dúvidas. E nesse sentido solicito ao senhor presidente em exercício, para que se faça as diligências necessárias no sentido de saber qual é o auto de medição da obra? A quem é que foi adjudicada a obra? Sabendo, que a obra foi feita, por administração direta, por parte da câmara e, perante estes valores, não posso, em consciência e, em relação ao que diz respeito à minha freguesia, de Caide de Rei, ter outro sentido de voto. E, por isso, a minha declaração de voto contra. Tenho dito.»-----

----- QUARTO PONTO: Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- E foi assim apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação conforme estabelece a alínea c), do número dois do artigo cinquenta e três e o número dois do artigo quarenta e nove, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- QUINTO PONTO – Aprovação do Regulamento de utilização dos Pavilhões Desportivos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente, excelentíssimos senhores e senhoras aqui presentes. Sendo a utilização dos Pavilhões Desportivos Municipais, representam para os nossos concidadãos e também para toda a população em geral proporcionar o acesso à prática desportiva e lúdica. Impõem-se contudo para o efeito definir as regras de utilização dos mesmos. Tendo em vista o interesse público de modo que se esclareça quais as prioridades na utilização e o processo de requisição, os direitos e deveres dos utentes. Assim, como a responsabilidade dos funcionários incumbidos de zelar pelo bom funcionamento das instalações, prevendo assim os eventuais problemas decorrentes. Embora a gestão desses equipamentos seja descentralizado para as Juntas de Freguesia deve a Câmara Municipal ter

exclusividade nessas competências e uma fiscalização pontual. A CDU votará favoravelmente.» -----

----- De seguida foi posto à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de utilização dos pavilhões desportivos Municipais, conforme estabelece a alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei 169/99 de 18 de setembro com a nova redação dada pela Lei n.º 5-a/2002 de 11 de janeiro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por quarenta e dois votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: António de Sousa Meireles, presidente da junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- Não votaram os seguintes membros: Jorge Manuel Neto; Joaquim Silva Cardoso; Rui Filipe Ribeiro Magalhaes; José Nunes presidente de Junta de Freguesia de Nespereira; Jorge Simão de Sousa Teixeira presidente de Junta de Freguesia de Cristelos; Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente de Junta de Freguesia de Sousela e Carlos Manuel Correia Fernandes presidente de Junta de Freguesia do Torno. -----

----- SEXTO PONTO – Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Os membros desta assembleia tomaram conhecimento que todos os compromissos plurianuais se encontram devidamente registados na sua contabilidade não estando, por não ter sido oportunamente disponibilizada pela DGAL, registados na base de dados central de encargos plurianuais, cumprindo a alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02.-----

----- SETIMO PONTO – Pagamentos e Recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Os membros desta assembleia tomaram conhecimento de todos os recebimentos e pagamentos em atraso a 31 de dezembro, elencados de forma analítica cumprindo a alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02.-----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- OITAVO PONTO – Relatório Anual de Actividades referente ao ano de 2011 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Os membros desta Assembleia tomaram conhecimento do Relatório Anual de Actividades referente ao ano de 2011 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, cumprindo a alínea h) do n.º 2 do art. 18º coadjuvado pela alínea d) do art. 24º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, actualizada pela Lei 31/2003 de 22 Agosto. -----

----- NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- Dora Manuela Correia da Rocha. -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não esteve presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte membro: José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e cinco votos. -----

----- Eram 02 horas e 07 minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA